

II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento



Agricultura e Agronegócio

Desenvolvimento Agrário

Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior

Infraestrutura Econômica

Turismo

Pesca e Aquicultura

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

A safra 2009/2010 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade de o Governo Federal agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de excedentes para o mercado externo. Mesmo com os reflexos da crise econômica internacional e com os problemas climáticos adversos, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 146,9 milhões de toneladas. Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2009 o setor representou 42% das exportações totais do País, em 2010 essa participação tende a ser suplantada.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, o Governo Federal estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio. O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural, apoio à comercialização e orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural. Para 2011, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária e de condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural. A melhoria da tecnologia aplicada nos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra igual ou superior à de 2009/2010.

Ações governamentais de pesquisa e de defesa agropecuária têm possibilitado a melhoria da sanidade e da qualidade dos produtos agropecuários brasileiros, essenciais para a conquista de novos mercados e para a ampliação das exportações, especialmente de carnes, setor onde as exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento dos processos produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

Apoio à Comercialização

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços totalizaram, em 2009, a negociação de 15,5 milhões de toneladas de grãos, fibras e outros (algodão, arroz, fécula, feijão, leite de vaca, milho, sisal, sorgo, trigo e vinho), num total de R\$ 3,2 bilhões de recursos aplicados.

Estão orçados R\$ 5,4 bilhões para 2010, os quais poderão ser utilizados em diversos mecanismos de apoio à comercialização, sendo os principais a aquisição direta dos produtores, a oferta de contratos públicos e privados de opção de venda e a equalização de preços dos produtos. Esses instrumentos reduzem a volatilidade de preços e viabilizam a melhoria na renda do produtor.

Em 2011, a meta é dar continuidade aos objetivos de sustentação dos preços agrícolas, no sentido de manter a renda do produtor rural, o abastecimento interno adequado e, se possível, o aumento das exportações dos produtos agropecuários.

Crédito Rural

No período de 2008 a 2009, buscou-se uma política mais adequada para o crédito rural, objetivando o aumento da produção com disponibilização de mais financiamento ao setor a menores custos. Os créditos, nas diversas linhas de financiamento, passaram de um patamar de R\$ 65,0 bilhões para R\$ 92,5 bilhões, mantendo a taxa de juros em 6,75% a.a.

Em 2010, as ações do Governo Federal objetivam aumentar o volume de recursos para custeio, comercialização e investimento, principalmente nas linhas de crédito com juros controlados. Busca-se, também, intensificar o apoio ao médio produtor rural, por meio de significativas alterações no Proger Rural, bem como fortalecer as cooperativas do setor agropecuário.

O Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2009/2010 foi contemplado com um volume de crédito da ordem de R\$ 92,5 bilhões, dos quais R\$ 66,2 bilhões são destinados a custeio e comercialização; R\$ 14,0 bilhões, a investimentos; e R\$ 12,3 bilhões, a linhas especiais de crédito.

Em 2011, serão mantidos os objetivos de aumentar o volume de recursos, sobretudo a taxas controladas, de modo a melhorar a liquidez e reduzir os custos financeiros para o produtor rural. Será ampliada a política de apoio ao médio produtor rural, inclusive com a conversão do Proger Rural em Pronamp, e será ainda mais estimulado o desenvolvimento sustentável da agropecuária, principalmente pela criação do Programa ABC.

A oferta de crédito rural para a agricultura comercial, safra 2010/2011, terá um incremento de 8,1%, alcançando o montante de R\$ 100,0 bilhões, sendo R\$ 75,6 bilhões para custeio e comercialização, R\$ 18,0 bilhões para investimentos e R\$ 6,4 bilhões para linhas especiais de crédito. As linhas de créditos destinadas ao custeio e à comercialização da safra serão, em sua maioria (80,30%), ofertadas a juros controlados.

Desempenho das Exportações

No período 2008/2009, as exportações do agronegócio alcançaram o montante de US\$ 136,6 bilhões, enquanto as importações atingiram um total de US\$ 21,6 bilhões, resultando num superávit de US\$ 115,0 bilhões. No biênio, as exportações do agronegócio representaram 39,0% da totalidade das exportações brasileiras. No ano de 2010, o superávit da balança comercial brasileira atingiu o montante de US\$ 7,9 bilhões no período de janeiro a junho.

Em 2010, o agronegócio continua sendo o segmento que mais tem contribuído para os resultados da balança comercial brasileira. De janeiro a junho de 2010, as exportações somaram US\$ 35,0 bilhões, o que significou crescimento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2009, confirmando a retomada nas exportações do setor após a crise. As importações, nesse período, apresentaram variação positiva de 35,8%, totalizando US\$ 6,1 bilhões, o que significa um superávit específico de US\$ 28,9 bilhões.

Tabela 9 – Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 2000 a 2010 (Em US\$ bilhões)

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part. % (B/A)	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part. % (B/A)	Total Brasil	Agronegócio
2000	55,1	20,6	37,4	55,9	5,8	10,3	(0,7)	14,8
2001	58,3	23,9	40,9	55,6	4,8	8,6	2,7	19,1
2002	60,4	24,8	41,1	47,2	4,4	9,4	13,2	20,4
2003	73,2	30,6	41,9	48,3	4,7	9,8	24,9	25,9
2004	96,7	39,0	40,4	62,8	4,8	7,7	33,8	34,2
2005	118,5	43,6	36,8	73,6	5,1	6,9	44,9	38,5
2006	137,8	49,5	35,9	91,4	6,7	7,3	46,5	42,8
2007	160,6	58,4	36,4	120,6	8,7	7,2	40,0	49,7
2008	197,9	71,8	36,3	173,2	11,8	6,8	24,7	60,0
2009	152,3	64,8	42,5	127,6	9,8	7,7	24,6	54,9
Jan a Jun 2009	69,9	31,4	44,9	56,0	4,5	8,0	13,9	26,9
Jan a Jun 2010	89,2	35,0	39,2	81,3	6,1	7,5	7,9	28,9

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da Secex/MDIC, elaborado por SRI/Mapa.

Serviços à Agropecuária

Além dos esforços para ampliação dos créditos destinados ao setor e da busca de menores custos dos financiamentos, o Governo Federal manterá, também, esforços na prestação de serviços de defesa agropecuária, qualidade de alimentos e bebidas, armazenagem e abastecimento, zoneamento agrícola e subvenção ao prêmio do seguro rural, pesquisa agropecuária e de desenvolvimento da agroenergia.

Com a maior relevância do agronegócio no contexto internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias passam a adquirir um papel cada vez mais importante, face ao crescente nível de exigências dos países consumidores e à frequente imposição de barreiras sanitárias (não tarifárias) aos produtos do Brasil. Nesse cenário, o incremento das ações de sanidade agropecuária é fundamental para garantir e ampliar as exportações do setor. O País avançou no combate às doenças dos animais e pragas dos vegetais, na fiscalização da qualidade de produtos destinados à alimentação humana e animal e insumos agropecuários, na ampliação e aperfeiçoamento da rede laboratorial de apoio às ações sanitárias.

Os setores de abastecimento, armazenagem e comercialização continuarão sendo prioridade do Governo Federal na busca da sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas, organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, além da formação e manutenção de estoques e produtos agropecuários para regularidade do abastecimento interno. Essas medidas visam ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar.

A política voltada à concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural pelo Governo Federal tem demonstrado eficácia na consolidação do seguro rural como instrumento de minimização dos prejuízos causados pelas adversidades climáticas na atividade agrícola. Como a observância integral dos indicativos do Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos é um pré-requisito para a obtenção da subvenção, esse benefício se torna um importante instrumento de política agrícola, por sua característica de indutor ao uso de tecnologia. No biênio 2008/2009, foram beneficiados com a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural 99.948 produtores, proporcionando a cobertura securitária para 11,5 milhões de hectares e garantia de capitais da ordem de R\$ 16,9 bilhões.

A Política de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tem sido um grande impulsionador do setor agropecuário e facilitador para acesso ao crédito rural pelos produtores. Para as 75 culturas na modalidade agrícola, a expectativa em 2010 é que essa subvenção atinja 6,3 milhões de hectares, 69.000 apólices e R\$ 9,2 bilhões em capitais segurados e beneficie 53.300 produtores.

A SPSR requer a observância dos indicativos constantes do zoneamento agrícola. O zoneamento agrícola de risco climático vem sendo gradativamente ampliado para novas culturas e Unidades da Federação. Trata-se de um pacote tecnológico, divulgado por meio de portarias do Mapa, que indicam as melhores épocas de plantio e cultivares, por tipos de solos, em cada Município, de forma a evitar que eventos climáticos adversos atinjam as lavouras em suas fases fenológicas mais sensíveis, contribuindo, assim, para minimizar as perdas de safras agrícolas.

A pesquisa agropecuária tem por missão viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Atualmente, a Embrapa conta com uma carteira de 750 projetos de PD&I, com foco em grandes desafios agropecuários nacionais; competitividade e sustentabilidade setorial; desenvolvimento tecnológico incremental do agronegócio; transferência de tecnologia; comunicação empresarial; desenvolvimento institucional e apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural.

O desenvolvimento da agroenergia tem sido fundamental para a diversificação da matriz energética do País, cuja estratégia governamental prioriza investimentos em fontes renováveis de energia. Nesse sentido, o plantio de cana-de-çúcar ocupará uma área de 7.409,6 mil hectares, com uma colheita que poderá atingir 604,5 milhões de toneladas ao final de 2010, que resultarão na produção de 27,4 bilhões de litros de etanol e 35,4 milhões de toneladas de açúcar.

Em 2011, o programa de agroenergia será intensificado com foco na diversificação da matriz energética do País, priorizando-se investimentos em fontes renováveis de energia. A exemplo disso, o plantio de cana-de-açúcar ocupará uma área de 8.091,5 mil hectares, com uma colheita que poderá atingir 664,3 milhões de toneladas ao final de 2011, que resultarão na produção de 20,1 bilhões de litros de etanol e 38,7 milhões de toneladas de açúcar.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

No período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares, com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 297 somente em 2009, envolvendo uma área total de 4,6 milhões de hectares. Atualmente, existem implantados no País 8.570 projetos de assentamento, numa área de 85,2 milhões de hectares, nos quais residem pouco mais de 928 mil famílias. Do ponto de vista do assentamento de famílias, no período de 2003 a 2009, foram assentadas 574.532 famílias, volume este que corresponde a 61,9% da totalidade de famílias assentadas no País, do assentamento da primeira família até hoje, sendo que em 2009 foram assentadas 55.421 famílias. Para 2011, a meta é assentar 65 mil famílias.

Em relação às ações de infraestrutura, cujo foco principal tem sido a construção e recuperação de estradas, bem como em ações voltadas ao abastecimento de água, foram aportados, em 2009, mais de R\$110,7 milhões na Região Norte do País e outros R\$132,8 milhões na Região Nordeste. O total de recursos investidos nas duas regiões em ações de infraestrutura representa 75% dos recursos destinados para a iniciativa. Somente no ano de 2009, foram construídos e reformados 2.056 km de estradas na Região Norte, beneficiando diretamente 14.638 famílias. Na Região Nordeste, 21.062 km de estradas foram construídos, beneficiando outras 11.239 famílias. Para 2011, a meta é beneficiar 100 mil famílias em todo o País.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como mais um instrumento de acesso à terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Entre 2003 e 2009, o PNCF financiou a compra de imóvel rural a mais de 76 mil famílias de trabalhadores rurais, totalizando uma área de 1,32 milhão de hectares financiados, o que representa investimento superior a R\$ 2 bilhões. A partir 2010, o limite de financiamento desse Programa foi ampliado de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil e os prazos de pagamento e carência foram alterados. Com essas mudanças, para o exercício de 2011, a previsão é manter o mesmo ritmo de contratação e investimentos, visando atingir a meta de atender 11 mil famílias.

Territórios da Cidadania

Nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais e regionais. Para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões de menor IDH, principalmente nas áreas rurais, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

Tal programa visa promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações do Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção e atingimento dos objetivos dessa estratégia.

Em 2008, foram atendidos 60 Territórios em todo o País. No período de 2009 a 2010, com a ampliação para 120 Territórios da Cidadania, o Programa alcança a meta estabelecida pelo Governo Federal. No ano de 2011, será mantida a meta de 120 Territórios, beneficiando grande parcela da população.

Outra vertente desse Programa é o atendimento da demanda por disponibilização ou financiamento de equipamentos que visam à estruturação dos pequenos Municípios brasileiros, de forma a prepará-los para que executem a abertura, recuperação e conservação de estradas vicinais na zona rural com predominância de agricultores familiares, facilitando o escoamento da produção agrícola e melhorando a circulação de bens e pessoas.

Nesse sentido, a partir de 2011 o Governo Federal atuará na aquisição de máquinas e equipamentos direcionados a esses Municípios, incluindo a iniciativa no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo destinados recursos da ordem de R\$ 270 milhões.

Agricultura Familiar

As ações do Governo Federal voltadas à Agricultura Familiar têm se concentrado, desde 2007, em quatro eixos específicos: a) redução da pobreza rural, por meio da intensificação de articulações entre as atuais políticas; b) segurança e soberania alimentar e nutricional, priorizando a continuidade e o aumento constante da oferta de alimentos de boa qualidade, com valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e organização de sua produção; c) sistemas de produção sustentáveis, tratando de buscar políticas que estimulem mais intensamente a transição para sistemas de produção sustentáveis; e d) geração de renda e agregação de valor, com a preocupação de apoiar a relação da agricultura familiar e o atual mercado, fomentando alianças estratégicas com o objetivo de fortalecer modelos e arranjos produtivos com vistas a viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.

Nesse sentido, as ações governamentais para a agricultura familiar vêm passando por um processo relevante de consolidação. Não apenas o crédito rural do Pronaf, mas especialmente as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, os mecanismos de seguro, tanto os de risco climático quanto os de risco de preços de mercado, vêm sendo ampliados e qualificados, com o objetivo de melhor atender a agricultura familiar brasileira.

A agricultura familiar terá à disposição no Plano Safra 2010/2011 cerca de R\$ 16 bilhões destinados às linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf. Os limites de financiamento foram ampliados em três modalidades de financiamento. No Pronaf Jovem e no Pronaf Semiárido o limite de financiamento saltou de R\$ 7 mil para até R\$ 10 mil e no Pronaf Agroindústria houve ampliação do limite de financiamento individual de R\$ 18 mil para até R\$ 20 mil.

A linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos tornou-se permanente e o limite de financiamento de projetos individuais foi ampliado de R\$ 100 mil para R\$ 130 mil. Além disso, a partir desta safra, o Mais Alimentos também financia projetos coletivos de até R\$ 500 mil. Os limites de renda do Pronaf como um todo também foram ampliados, proporcionando a inclusão dos produtores de grãos diversos e dos bovinocultores de corte com renda familiar bruta de até R\$ 220 mil.

Os agricultores familiares passam a contar com seguro de clima para as operações de investimento, mais uma modalidade do Seaf. A partir desta safra (2010/2011), também serão concedidos bônus (descontos) do PGPAF nos financiamentos de investimento no âmbito do Pronaf, independentemente da data de contratação. Serão beneficiados aproximadamente 2,6 milhões de contratos, totalizando R\$ 16 bilhões que serão amparados.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 marca o início da implantação da nova política de Ater, resultado da sanção da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. A principal mudança advinda da promulgação da Lei nº 12.188, de 2010, é a contratação das entidades que prestam serviços de Ater por meio de chamada pública.

Regularização Fundiária

Através do Programa Terra Legal Amazônia, lançado em 2009, o Governo Federal está realizando a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. A edição da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, possibilitou criar uma política intensiva e célere de regularização fundiária, adequada às especificidades da região.

A Lei nº 11.952, de 2009, simplificou procedimentos para a regularização de ocupações em terras da União, situadas na Amazônia Legal, que tenham área de até 1,5 mil hectares. Estabeleceu, ainda, diferença de tratamento a pequenas, médias e grandes áreas. O processo de regularização fundiária de ocupações em terras rurais é executado em três passos: a) cadastramento/identificação ocupacional; b) georreferenciamento das áreas ocupadas; e c) análise para regularização (titulação ou retomada). Em 2009, foram cadastrados mais de 26 mil ocupantes, totalizando quase 4,5 milhões de hectares requeridos em 261 Municípios dos Estados da Amazônia Legal.

Além do Programa Terra Legal, que se concentra na Amazônia Legal, o Governo Federal executa, em parceria com os Estados, o geocadastro e a consequente titulação dos imóveis em terras devolutas estaduais. Atualmente, estão em execução convênios/termos de cooperação (plurianuais), firmados com o propósito de atender mais de 100 mil famílias em 13 Estados brasileiros, demonstrando, assim, o compromisso do Governo Federal com o resgate da dignidade e cidadania dos pequenos agricultores brasileiros.

INDÚSTRIA, TECNOLOGIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Para a promoção da cultura exportadora, em 2011 o MDIC pretende ampliar a Rede Cicex e realizar cinco Encomex, 54 treinamentos e cursos para pequenas empresas e agentes de comércio exterior. Também está prevista a ampliação do projeto Primeira Exportação para mais seis Estados, contemplando 300 empresas e capacitando cerca de 120 agentes de comércio exterior.

Em relação à política de alavancagem das exportações brasileiras e aos instrumentos de operacionalização do comércio exterior brasileiro para facilitar o processamento e o controle operacional do comércio exterior, pretende-se implementar, em 2011, novas soluções tecnológicas, principalmente relacionadas ao regime de *Drawback*. Dessa forma, haverá maior simplificação de procedimentos e redução de custos e de tempo na emissão de documentos básicos obrigatórios, com melhoria da qualidade dos serviços e do controle executados pelo Governo Federal, além da disseminação de informações específicas às comunidades exportadora e importadora.

No que concerne às ações de tecnologia industrial, destacam-se as seguintes atividades programadas para 2011: implementação da PDB; implantação de TIN; e continuidade do Projeto de Apoio à Inserção Internacional das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras.

Para prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, bem como para promover a harmonização nas relações de consumo, a inovação e a competitividade no País, o Inmetro, realizará, em 2011, ações para consolidar e ampliar a política de metrologia e avaliação da conformidade do Governo Federal. Para tanto, serão disponibilizados ao Inmetro recursos da ordem de R\$ 609,3 milhões.

A Certificação de Medidores Inteligentes de Energia terá seu processo ampliado para promover maior concorrência no mercado de medidores, o que contribuirá para a implantação de redes de distribuição de energia “inteligentes” (*smart grid*), permitindo novos modelos de negócios, como a venda pré-paga de energia elétrica. E a Metrologia em Dinâmica de Fluidos será consolidada para aumentar a confiabilidade nas medições de vazão de água, petróleo, gás e biocombustível, desde a produção até a distribuição.

Merecem destaque, ainda, as seguintes iniciativas do Inmetro planejadas para 2011:

- a) apoio ao Pro-Reg, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Comitê Brasileiro de Regulamentação;
- b) implantação da metodologia de análise de impacto regulatório nas 27 autoridades federais de regulamentação;
- c) ampliação dos serviços de Metrologia Biológica para possibilitar o aumento da confiabilidade dos diagnósticos médicos e a segurança e eficácia de tratamentos;
- d) ampliação da Metrologia Forense, atendendo às demandas da sociedade e do MJ;
- e) redução do tempo da emissão de declaração de liberação de importação de produtos certificados, por meio da adoção de uma ferramenta de gestão de processos; e
- f) redução do tempo de obtenção da autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade, em razão da disponibilização do Sistema Informatizado aos fornecedores de produtos, processos e serviços, certificados ou declarados.

Em 2011, o INPI continuará trabalhando para melhorar o sistema de patentes; aprofundar o plano de cooperação com países do Mercosul, da América do Sul, da América Latina, dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China); diversificar as ações de promoção da propriedade intelectual no Brasil e na

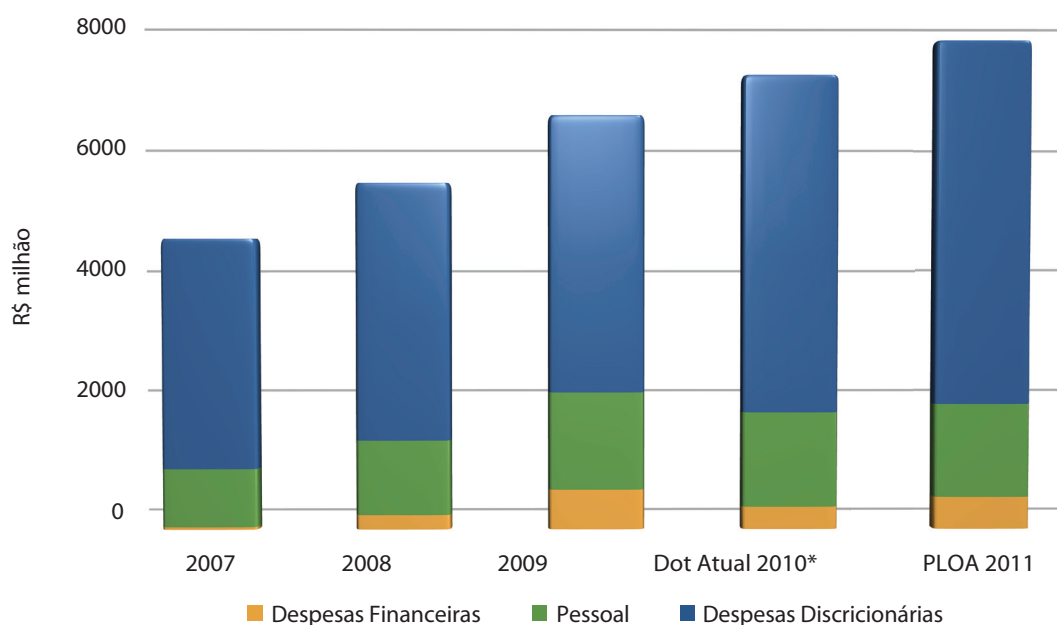
região latino-americana; apoiar o depósito de marcas de brasileiros no exterior; concluir a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico; estabelecer ambiente de consulta à informação tecnológica em meio virtual; e desenvolver a Política de Qualidade do INPI, sendo destinados recursos da ordem de R\$ 254,6 milhões para essa finalidade.

Com relação ao desenvolvimento da regional da Amazônia, em 2011 a Suframa apoiará projetos de desenvolvimento econômico e social, para dinamizar a produção competitiva de produtos da região e viabilizar o desenvolvimento regional, pelo uso sustentável de potencialidades economicamente viáveis, gerando oportunidades de emprego e melhores condições de distribuição de renda às localidades beneficiadas, sendo destinados para isso R\$ 191,6 milhões.

Ciência e Tecnologia

O Governo Federal vem ampliando os investimentos na área de Ciência e Tecnologia, mediante alocação crescente de recursos orçamentários, conforme evidenciado no gráfico a seguir. C,T&I são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, a democratização de oportunidades e a integração do trabalho de cientistas, pesquisadores, acadêmicos, empresas e organizações da sociedade civil. C,T&I são determinantes para a construção da soberania nacional, a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e o melhor posicionamento do Brasil no contexto internacional.

Gráfico 7 – Evolução de Gastos Ministério da Ciência e Tecnologia



* Não considera emendas

A introdução do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010, anunciado em novembro de 2007 como instrumento de uma política de Estado no cenário brasileiro de C,T&I, trouxe avanços no que diz respeito à evolução dos níveis de investimento e ao aprimoramento dos instrumentos de incentivo e de apoio às atividades da área.

As ações e estratégias envolvidas no financiamento de P,D&I, com ênfase na ampliação e na otimização dos recursos investidos em C,T&I, têm gerado resultados tanto abrangentes quanto pontuais. Exemplo disso é a ampliação da capacidade nacional de produção científica e tecnológica, o crescente comprometimento de governos estaduais no investimento e na execução de ações relacionadas ao de-

envolvimento de C,T&I e a maior consciência do setor empresarial acerca da importância da inovação e do investimento privado em P&D como estratégia de competitividade.

A ampliação da base de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico e tecnológico é prioridade do Governo Federal. O aporte de recursos para bolsas tem aumentado significativamente. Em dezembro de 2009, o CNPq registrou 80.010 bolsas concedidas no País e no exterior. Esse número representa incremento de 14,3% no número total de bolsas em relação ao ano anterior, quando se registraram 70.023 bolsas. Para responder ao constante desafio de ampliação da base de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, o MCT prevê, para 2011, aporte de recursos da ordem de R\$ 855,6 milhões, o que permitirá a concessão de 72.783 bolsas e a consolidação da base necessária ao desenvolvimento de C&T no Brasil.

Os esforços da atual política de C,T&I vêm consolidar e expandir os resultados alcançados pelo Brasil em relação à sua produção científica. O País responde atualmente por 2,69% da produção científica mundial, tendo sua participação mundial dobrado entre 2000 e 2009. No mesmo período, o número de publicações aumentou 205%, atingindo cerca de 32.100 artigos indexados no *Institute for Scientific Information*. Em 2008, ano de ampliação significativa do número de revistas incluídas na base de dados do ISI, registrou-se aumento de 56% em relação a 2007, elevando o País para a 13ª colocação no *ranking* mundial.

Parte dos avanços obtidos no adensamento e qualificação da produção científica deve-se à intensificação e à estabilidade dos investimentos em pesquisa realizados mediante editais de fomento voltados às diferentes áreas do conhecimento e ao investimento na infraestrutura de pesquisa. No âmbito do Proinfra, operacionalizado pela Finep, houve expressivo aumento dos recursos disponíveis a partir de 2004. No entanto, o incremento no valor dos recursos disponíveis foi acompanhado por um aumento de 80% na demanda, o que demonstra que ainda há uma grande demanda reprimida. O aporte de recursos orçamentários em 2011 é de R\$ 390,8 milhões.

O incentivo à formação de redes de pesquisa em todo o território nacional terá continuidade em 2011. Iniciativa importante nesse sentido refere-se ao lançamento dos novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia pelo CNPq. Atualmente, são 122 institutos, que articulam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País. O orçamento total desse investimento é da ordem de R\$ 609,0 milhões, advindos da articulação do MCT com as Secretarias Estaduais de C&T, além da adesão de outros parceiros como o BNDES, a Petrobras, o MS e o MEC/Capes.

Terão continuidade em 2011 as iniciativas para melhorar e ampliar a infraestrutura das Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT. Essas ações visam dotar o País de um parque científico e tecnológico capaz de atender às necessidades do desenvolvimento econômico e social, integrando o Brasil à pesquisa de ponta desenvolvida em outras nações. As UPs aprofundaram sua capilaridade regional para consolidar a gradativa expansão nacional. Infraestruturas laboratoriais e de pesquisa e administração institucional foram executadas em conjunto com a contratação de novos pesquisadores, por intermédio de concursos públicos. A atuação de UP contribuiu decisivamente na promoção de C&T no Brasil.

Em 2011, serão alocados R\$ 166,7 milhões para as instituições de pesquisa do MCT. A estrutura básica desse Ministério passará a contar com novos institutos de pesquisa: Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; Instituto Nacional de Águas; Instituto Nacional da Mata Atlântica; e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste.

A RNP, primeira rede de acesso à internet no Brasil, elevou a capacidade máxima de transmissão de 622 Mbps, em 2004, para 10 Gbps, em 2009. A expansão proporcionou maior velocidade na comunicação entre os centros de pesquisa e as universidades públicas, facilitando aplicações em áreas como educação

(Universidade Aberta do Brasil e educação a distância), saúde (Rute) e cultura (TVs universitárias, por exemplo). A Rute é uma iniciativa que visa apoiar o aprimoramento da infraestrutura para telemedicina já existente em hospitais universitários, bem como promover a integração de projetos das instituições participantes. A utilização de serviços avançados de rede deverá promover o surgimento de novas aplicações e ferramentas que explorem mecanismos inovadores na educação em saúde, na colaboração a distância para pré-diagnósticos e na avaliação remota de dados de atendimento médico. Já estão interligados à Rute 57 núcleos de telemedicina em hospitais universitários, estando prevista a interligação de outras 75 instituições na próxima fase. Em 2011, serão alocados para a RNP R\$ 33,0 milhões.

Em 2011, terão continuidade as ações que visem ao desenvolvimento de um ambiente favorável à dinamização do processo de inovação tecnológica nas empresas, estimulando a inserção de um maior número de pesquisadores no setor produtivo, a difusão da cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e a formação de recursos humanos para inovação. Para isso, será utilizado um mecanismo que opera como poderoso instrumento de incentivo à inovação tecnológica, que é a Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterada pela Lei nº 11.487, de 15 de junho de 2007). Ela oferece a concessão de incentivos fiscais às atividades de P&D em empresas, a redução do IPI incidente sobre máquinas, equipamentos e componentes para P&D nas empresas e possibilita que as agências de fomento de CT&I subvençionem o valor da remuneração de pesquisadores, mestres ou doutores empregados em atividades de inovação tecnológica, em empresas localizadas no território nacional.

Em 2011, serão destinados R\$ 250,2 milhões às ações de apoio e fomento à pesquisa, com a finalidade de dar condições adequadas ao funcionamento de instituições de pesquisa que se destaquem pela competência em áreas estratégicas para o País; ampliar e ajustar a base técnico-científica nacional às necessidades do mercado de conhecimento e de serviços em ciência e tecnologia; aumentar a produtividade científica e tecnológica; apoiar a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular o engajamento dos pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; apoiar a organização e consolidação de novos grupos emergentes de pesquisa; expandir e fortalecer a infraestrutura de pesquisa das instituições de pesquisa; e consolidar as redes cooperativas de pesquisa.

O fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas continuará sendo priorizado em 2011. Na área da biotecnologia, terão continuidade a ampliação técnico-científica, o fortalecimento da bioindústria e o uso sustentável da biodiversidade. No setor de nanotecnologia, terão continuidade as ações de apoio à construção de infraestrutura de pesquisa, o apoio à pesquisa básica, a capacitação de profissionais e as cooperações bilaterais na área.

No âmbito da nanotecnologia, destacam-se as ações de implementação de seis laboratórios multiusuários de nanotecnologia e de apoio a 175 projetos de pesquisa na área.

Terá prosseguimento, em 2011, o apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria eletrônica e de semicondutores, com destaque para a empresa pública instituída em 2008, o Ceitec, voltada ao desenvolvimento de novas tecnologias de semicondutores e de outros materiais para eletrônica. Os investimentos federais na empresa contabilizam R\$ 407 milhões entre 2004 e 2010. Como resultado desse investimento, foi produzido o primeiro lote de *chips* do Brasil, entregue em 2009, além da inauguração da fábrica de circuitos integrados, em fevereiro de 2010.

A capacitação do País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais, voltadas à solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, continua sendo o foco central do Programa Nacional de Atividades Espaciais. Seu objetivo é contribuir para a elevação da autonomia e da soberania nacionais, por meio do desenvolvimento e do domínio das tecnologias estratégicas e das especificidades que envolvem o setor, assim como da implantação de uma infraestrutura espacial, para que o programa possa dar resposta aos desafios a ele impostos.

Importantes avanços foram obtidos na busca pela autonomia de acesso ao espaço, a exemplo do foguete de sondagem VSB-30, nas várias operações de lançamento realizadas, no País e no exterior, e nos testes de experimentos científicos e tecnológicos em ambientes de microgravidade. É o primeiro veículo espacial brasileiro a receber o certificado de qualificação industrial, concedido pelo IFI em 2009, o que possibilitará a maior participação da indústria nacional nesse setor. Houve também a retomada das obras de reconstrução da Torre Móvel de Integração, plataforma de lançamento do Veículo Lançador de Satélites, que estará concluída em fins de 2010.

Coordenado pela AEB, o programa logrou importantes resultados no período de 2007 a 2010, destacando-se a já constituída empresa binacional Alcântara Cyclone Space, bem como o início das obras e a modernização da infraestrutura necessária no Centro de Lançamento de Alcântara, para permitir que o País ingresse no restrito mercado comercial de lançamentos de satélites, a partir de 2012.

O programa CBERS, que busca dotar o País de uma capacidade satelital de observação da Terra, para aplicações em monitoramento ambiental, levantamento de recursos naturais, controle de desmatamentos e queimadas na Amazônia Legal, gerou oportunidade para o desenvolvimento de uma capacitação tecnológica nacional em câmeras ópticas, painéis solares e estruturas, entre outras tecnologias, contribuindo para a ampliação e consolidação de uma base industrial no setor espacial. Com o lançamento do CBERS-2B em 2007, a distribuição de imagens para usuários brasileiros e para mais de 40 países atingiu o marco de um milhão de imagens. A política adotada de distribuição gratuita de dados e imagens contribuiu para o melhor planejamento e formulação de políticas públicas pelas entidades governamentais, o maior avanço nas pesquisas científicas pelas universidades e para a geração de oportunidades de negócios, com criação de emprego e renda, por meio das pequenas e microempresas do ramo de consultoria e serviços de geoprocessamento.

Foi iniciado importante estudo de viabilidade técnica, jurídica e econômica para o estabelecimento de Parceria Público-Privada para o Satélite Geoestacionário Brasileiro, que assegurará a autonomia nas comunicações estratégicas do País e no fornecimento de dados meteorológicos.

São prioridades para 2011 a conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara e do sítio de lançamento do Cyclone-4, a conclusão e lançamento do satélite CBERS-3, a realização do primeiro voo de teste tecnológico do VLS-1 e a continuidade de desenvolvimento de um conjunto de satélites baseados na Plataforma Multimissão, compreendendo o satélite Amazônia-1, o satélite científico Lattes, o Mapsar, o GPM-BR. O satélite brasileiro-argentino Sabia-MAR, o microssatélite universitário Itasat e o início do desenvolvimento do satélite SGB também são prioridades para 2011.

Na base de todas essas prioridades está a mão de obra altamente especializada, necessária à consecução de qualquer objetivo no setor espacial. Para tanto, a AEB e o CNPq estabeleceram um programa de bolsas destinado à formação, manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do quadro de recursos humanos para o Programa Espacial Brasileiro, incluindo os institutos parceiros, como o Inpe e o DCTA, além dos setores industrial e acadêmico.

As atividades na área nuclear envolvem a fabricação de combustível nuclear, os levantamentos e as prospecções sobre a ocorrência de reservas de urânio comercialmente viáveis para exploração mineral, a produção de minerais pesados e óxidos de terras raras, a pesquisa e o desenvolvimento em ciências e tecnologias nucleares e em aplicações das radiações ionizantes, a produção de substâncias radioativas para a área médica e a fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia.

O Programa Nacional de Atividades Nucleares tem foco no uso de energia nuclear de forma saudável e pacífica, no desenvolvimento de ciência e tecnologia nucleares e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente, geração de energia e atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para as indústrias nuclear e de alta tecnologia.

Merecem destaque o maior domínio sobre o ciclo de combustível nuclear nas Indústrias Nucleares do Brasil, com especial atenção para a mineração, a conversão e o enriquecimento de urânio; o processo de lavra subterrânea em Caetité, no Estado da Bahia, com expectativa de aumentar em 50% sua produção, e a exploração da jazida de Santa Quitéria, localizada no Estado do Ceará, garantindo-se, por intermédio desses dois empreendimentos, o suprimento de combustível para a operação das usinas nucleares de Angra I, II e, proximamente, a III; a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do País, localizada no parque industrial da INB; e a produção brasileira de radiofármacos.

Em 2010, deu-se início ao projeto para instalação no Brasil de um Reator Multipropósito, com conclusão prevista para 2015, que garantirá o suprimento nacional de radioisótopos, em substituição aos insumos atualmente importados, para o atendimento pleno da demanda da área médica.

As metas no contexto das políticas voltadas a C,T&I, para o desenvolvimento social, incluem iniciativas que visam à transferência de tecnologias consolidadas, à inclusão digital e à popularização da ciência, com o objetivo de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Em 2011, a atuação do MCT nesse sentido será expandida, especialmente na realização da Olimpíada Brasileira de Matemática e da Semana Nacional de C,T&I, nos CVTs e nos Telecentros.

Prevê-se a ampliação do alcance da Obmep, estimando-se em 2011 a participação de 20 milhões de alunos. Em 2009, a Obmep alcançou o percentual de 99% dos Municípios brasileiros, com a participação de 19.198.710 alunos de 43.354 escolas. Entre outras modalidades de premiação, são oferecidos cursos de formação e aperfeiçoamento aos professores premiados, sendo importante mencionar que o levantamento do Inep mostra que a Obmep começa a influenciar positivamente o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica no País. Da mesma forma, está prevista a expansão, para 620, do número de Municípios participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de C&T.

Na edição de 2009, a SNCT envolveu 472 Municípios e contou com 24.972 atividades, número 130% superior ao obtido no ano anterior, o que indica que o evento está consolidado nos Municípios participantes.

A ideia de integrar políticas públicas de inclusão social como meio de indução do desenvolvimento regional sustentável, na esfera do programa Territórios da Cidadania, terá continuidade em 2011. A consolidação da plataforma de convergência social, nas regiões definidas pelo programa, ocorrida a partir de 2009, une três temas: Arranjos Produtivos Locais, Telecentros e CVTs. O MCT investiu, entre 2003 e 2008, o montante de R\$ 52,8 milhões, com a implementação de 86 CVTs. Ainda no âmbito do programa, a plataforma de convergência social para inclusão digital investiu cerca de R\$ 35,0 milhões, sendo R\$ 18,5 milhões para o Estado da Paraíba.

O MCT manterá, em 2011, o apoio às tecnologias para o desenvolvimento social, por meio, especialmente, da ampliação e modernização dos CVTs. Esses centros, além de serem unidades de ensino e de profissionalização, são também voltados à difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação, visando à melhoria dos processos produtivos locais. Os recursos investidos nos últimos seis anos na implementação e modernização de 399 CVTs são da ordem de R\$ 226 milhões para implementação e modernização. Em 2011, estão previstos R\$ 15,7 milhões.

Em 2011, o MCT contará com recursos da ordem de R\$ 7.545,2 milhões. Desse total, R\$ 1.534,6 milhões destinam-se ao pagamento de pessoal e benefícios a servidores e empregados; e R\$ 6.010,6 milhões a outras despesas correntes e de capital, voltadas ao custeio e investimentos necessários ao desenvolvimento das atividades e projetos a cargo do órgão, com destaque para os Fundos Setoriais (R\$ 2.764,5 milhões), Concessão de Bolsas de Estudo e de Pesquisa (R\$ 855,7 milhões), Programa Nuclear Brasileiro (R\$ 658,3 milhões) e Financiamento de projetos de P&D a cargo da Finep (R\$ 500,0 milhões).

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Matriz Energética

O fornecimento interno de energia é essencial para garantir o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento do País. Com o resgate do papel do Governo Federal como formulador de políticas, diferentes ações foram desencadeadas, como a implementação do novo modelo do setor elétrico, com vistas a aumentar a segurança energética e garantir o suprimento de energia, observando-se o princípio da modicidade tarifária.

Nesse sentido, o Governo Federal tem-se empenhado em ampliar a capacidade de geração de eletricidade e preservar a participação de energias renováveis na matriz energética brasileira, com a inclusão, entre 2007 e 2009, de quase 10 mil MW de capacidade de geração, com a expectativa de que a capacidade total instalada alcance 106,6 mil MW, em 2010. Por sua vez, para 2011, está prevista a entrada em operação de outros 5,9 mil MW de geração, sendo: 2,3 mil MW de UHEs, destacando-se Estreito, na divisa dos Estados de Tocantins e do Maranhão, com 1,1 mil MW; e 3,6 mil MW de UTEs, com destaque para Porto do Pecém I, no Estado do Ceará, com 0,8 mil MW.

Ressalta-se que as UHEs de Santo Antônio (3,1 mil MW) e Jirau (3,3 mil MW), do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, estão em ritmo acelerado de construção, com previsão de entrada em operação em 2012 e 2013, respectivamente. Adicione-se ainda a emissão, em 2010, pela CNEN, da licença de construção plena para a Usina Termonuclear Angra III (1,4 mil MW), no Estado do Rio de Janeiro, e, também, a realização do leilão do Aproveitamento de Potencial Hidrelétrico, por meio da UHE Belo Monte, no Estado do Pará, que acrescerá 11,2 mil MW de capacidade ao SIN, com início previsto para até 2015.

Quanto à rede de transmissão de energia elétrica, em maio de 2010, alcançou-se a extensão total de 97,8 mil km de LTs, dos quais 21,3 mil km foram concluídos a partir de 2003. Esse crescimento proporcionou a integração dos subsistemas elétricos, garantiu as condições necessárias para o suprimento de eletricidade, com qualidade e confiabilidade, e ampliou a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente e complementar da diversidade hidrológica do País.

Para 2010, estão em fase de conclusão 2,3 mil km de LTs e 7,9 mil MVA de potência de transformação, bem como o início da implantação da LT Tucuruí – Manaus – Macapá, que permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, reduzindo o consumo de derivados de petróleo e, conseqüentemente, os subsídios da CCC. Para 2011, está prevista a implementação de 6,5 mil km de LTs e de 19 mil MVA de potência de transformação, destacando-se as interligações energéticas entre regiões, particularmente entre as Regiões Norte e Nordeste, por meio da LT que perpassa os Municípios de Colinas do Tocantins, no Estado do Tocantins, Ribeiro Gonçalves e São João do Piauí, no Estado do Piauí, e Milagres, no Estado do Ceará.

A inserção de fontes alternativas de energia na matriz energética brasileira vem ao encontro dos objetivos da PNMC e, juntamente com as ações de eficiência energética, permitirão honrar o compromisso firmado perante as Nações Unidas, durante a 15ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, em Copenhague, de redução das emissões, projetada para o ano de 2020. Entre elas, destaca-se o Proinfa, que prevê a operação de 144 usinas, com garantia de contratação, por 20 anos, pela Eletrobras e capacidade instalada total de 3,3 mil MW, sendo 1,4 mil MWh de usinas eólicas, 1,2 mil MWh de pequenas centrais hidrelétricas e 0,7 mil MWh de biomassa.

Outra iniciativa que merece destaque é a realização de leilões para contratação de energia proveniente de fontes alternativas. O primeiro leilão, ocorrido em 2007, acresceu ao SIN uma potência instalada total de 0,6 mil MW. Em 2008, o leilão de energia de reserva contratou, por 15 anos, 2,4 mil MW. Por sua vez, o primeiro leilão de comercialização de energia de fonte eólica, em 2009, contratou, por 20 anos, 1,8 mil MW, que viabilizarão a construção de um total de 71 empreendimentos de geração eólica em cinco Estados: Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Ainda no setor elétrico, é relevante destacar o Programa Luz para Todos, lançado em 2003, cuja meta inicialmente estabelecida visava levar energia elétrica para mais de 10 milhões de brasileiros, utilizando-a como vetor de desenvolvimento social e econômico, de forma a propiciar o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. O Luz para Todos busca, também, promover a criação de trabalho e renda. Para tanto, apoia a parceria com outras entidades públicas e organizações da sociedade civil e a criação de CCPs, constituídos de pequenas agroindústrias, tais como as de resfriamento de leite, açúcar mascavo, doces, criação de pequenos animais, artesanato e confecção. Até o final de 2010, deverão ser instalados 705 CCPs, que beneficiarão cerca de 25,0 mil famílias.

Em pesquisa de opinião¹⁰ realizada em 2009 para averiguar a satisfação das pessoas atendidas pelo Luz para Todos, verificou-se a obtenção de importantes resultados, sendo mais relevante o aumento da qualidade de vida, citado por 91,2% dos pesquisados. Além disso, constatou-se um impulso das economias local e regional, com a entrada de produtos e utensílios como eletrônicos (principalmente portáteis), eletrodomésticos, ferramentas para produção, entre outros.

Desde o início do Programa, e até o primeiro trimestre de 2010, 11 milhões de pessoas foram beneficiadas, sendo quase 6 milhões apenas da Região Nordeste. Estima-se, ainda, que foram instalados mais de 5 milhões de postes, 875 mil transformadores e 1 milhão de km de cabos elétricos, bem como foram criados 356 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos. Para 2011, está prevista a destinação de R\$ 15,0 milhões para apoiar as iniciativas de uso produtivo de energia elétrica vinculadas ao Luz para Todos.

Outra importante iniciativa, de cunho social, diz respeito à Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que possibilita a concessão de descontos escalonados na conta de energia elétrica a diversos segmentos de consumidores, como os detentores de renda de até meio salário mínimo *per capita*, cadastrados em programas sociais da União, as pessoas que recebem o BPC – LOAS e as famílias indígenas e quilombolas.

A Aneel, no cumprimento de sua missão, procura assegurar um ambiente favorável aos investimentos no setor elétrico, criando condições para que o mercado se desenvolva com estabilidade entre os agentes e em benefício da sociedade, sendo atribuições da agência a fixação das tarifas e a fiscalização dos serviços de energia elétrica. O valor da tarifa é estabelecido de forma que seja, ao mesmo tempo, justo para o consumidor e suficiente para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. As fiscalizações, realizadas principalmente pela Aneel, com o apoio de terceiros, e por meio de Agências Reguladoras Estaduais conveniadas, foram intensificadas, buscando garantir a prestação de serviços de qualidade. Dessa forma, para o exercício de 2011, está programada a realização de aproximadamente 1.835 fiscalizações de geração, qualidade e serviços de eletricidade, abarcando os aspectos econômicos e financeiros das concessões, contando com recursos da ordem de R\$ 26,7 milhões.

No que concerne ao petróleo e ao gás natural, a política envidada pelo Governo Federal visa manter o crescimento das reservas brasileiras, a exemplo do período compreendido entre 1998 e 2009, quando houve um salto na produção anual de petróleo de 1 milhão para quase 2 milhões de barris diários e a produção de gás natural mais que duplicou, passando de 27 milhões para 58 milhões de m³/dia.

¹⁰ A referida pesquisa foi realizada em 2009 pela Zaytechbrasil Serviços de Pesquisa Ltda.

Com vistas a atrair investimentos para regiões ainda pouco conhecidas geologicamente ou com barreiras tecnológicas a serem vencidas, a ANP efetua serviços geológicos de prospecção nas diversas bacias sedimentares do País, cujas informações são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas em investir no setor.

O resultado desse esforço exploratório foi a recente descoberta do segundo maior poço do Pré-sal, divulgada em maio de 2010, o Reservatório de Franco, na Bacia de Santos, com reservas estimadas em 4 bilhões de barris de petróleo e gás natural. Para 2011, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 216,5 milhões para dar continuidade aos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural e de gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras.

Quanto à exploração e produção de petróleo e gás natural, de janeiro a abril de 2010, foram perfurados 56 poços exploratórios, sendo 32 no mar e 24 em terra, que resultaram em 44 notificações de descobertas de hidrocarbonetos e três declarações de comercialidade dos campos Trinca Ferro e Urutau, na Bacia Potiguar, e Dó-Ré-Mi, no Estado de Sergipe. No ano de 2010, está previsto o início de produção do Piloto de Tupi, no Pré-sal, e dos campos de Cachalote e Baleia Franca, no Parque das Baleias, ambos localizados na Bacia de Santos, cada um com meta de produção de 100 mil bpd de petróleo.

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, o Governo Federal tem monitorado a construção de um conjunto de 3.968 km de gasodutos, todos integrantes do PAC, sendo que, desse total, 3.587 km (90,4%) foram concluídos entre 2007 e 2010, incluindo o GLP duto Urucu-Coari, no Estado do Amazonas. Destacam-se, em particular, a conclusão do último trecho do Gasene – entre os Municípios de Cacimbas, no Estado do Espírito Santo, e de Catu, no Estado da Bahia, interligando as malhas do Sudeste e do Nordeste – e do Gasduc III, entre as cidades de Macaé e do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, com 183 km e capacidade de transportar 40 milhões de m³/dia. Esses empreendimentos permitiram a ampliação e a flexibilização do transporte de gás na Região Sudeste e o atendimento da Região Nordeste com gás e GNL produzidos na Bacia de Santos e na Baía de Guanabara.

Quanto à capacidade de refino do País, as 11 refinarias existentes receberão, até o encerramento de 2010, investimentos da ordem de R\$ 35,0 bilhões, de um total de R\$ 42,5 bilhões, o que possibilitará que a capacidade nacional instalada de refino, a curto prazo, aumente em 100 mil bpd de petróleo e, a médio prazo, supere três milhões de bpd, potencializando, dessa forma, o Brasil como um país exportador de produtos refinados de petróleo.

Estão previstas para entrar em operação: em 2013, a Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, em associação com a Petrobras de Venezuela S/A, com capacidade de produção de 230 mil bpd de derivados de petróleo e investimento de R\$ 23,0 bilhões; em 2014 e 2016, as 1ª e 2ª fases da Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão, com capacidade de 600 mil bpd e investimento de R\$ 40,0 bilhões; em 2017, a Refinaria Premium II, do Estado do Ceará, com capacidade de 300 mil bpd e investimento de R\$ 22,0 bilhões.

Sobre a questão de combustíveis renováveis, a experiência brasileira é reconhecida mundialmente e o etanol, produzido em larga escala na década de 1970, ocupa posição de destaque, sendo hoje o principal combustível consumido em veículos leves no Brasil e o segundo recurso energético, em termos de potência instalada, presente nas usinas termelétricas em operação, com cerca de 20% da capacidade, perdendo apenas para o gás natural.

Estima-se que as 430 unidades de processamento de cana-de-açúcar produzirão 28 bilhões de litros de etanol em 2010 e que, até 2019, a produção alcance 64 bilhões de litros, de acordo com o PDE 2010/2019. Esse incremento gera a necessidade de investimento em infraestrutura e logística de transporte como a construção do álcoolduto entre Senador Canedo, no Estado de Goiás, e São Sebastião, no

Estado de São Paulo, que ampliará a capacidade de transporte em 12 bilhões de litros e permitirá a redução de custos associados, de forma a tornar o álcool mais competitivo nos mercados interno e externo.

Pode-se destacar, também, o PNPB, com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões, entre 2007 e 2009, que organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível, estabelecendo as condições legais para a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira de combustíveis líquidos.

De forma geral, os enfoques do programa são a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, e a garantia da qualidade, preço e suprimento. A produção nacional de biodiesel saltou de 1 milhão para 1,6 milhão de litros, entre 2005 e 2009. Atualmente, o Brasil possui 50 usinas com capacidade de produção de 4 bilhões de litros/ano, o que permitiu reduzir a importação de diesel de petróleo e viabilizou ganhos de US\$ 750,0 milhões na balança comercial, em 2009.

É importante ressaltar que a ANP realiza fiscalizações, desde a exploração até a comercialização de combustíveis, com vistas a assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço de biocombustíveis, petróleo e seus derivados comercializados no País. A ANP monitora semanalmente os preços e as margens de comercialização para identificar indícios de infrações à ordem econômica e disponibiliza na internet as informações à sociedade, permitindo ao consumidor fazer a melhor opção de compra. Para 2011, estão previstos R\$ 63,0 milhões para a fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis e fiscalização das atividades integrantes da indústria de petróleo.

No que se refere à mineração, foi possível aumentar o conhecimento territorial do País, mediante mapeamento geológico e levantamentos aerogeofísicos, geoquímicos e hidrogeológicos. As informações obtidas são disponibilizadas para a sociedade, buscando atrair investimentos privados em exploração, produção e transformação mineral, o que, por sua vez, gera divisas e permite alavancar a economia e o desenvolvimento social nas regiões dos empreendimentos. Para 2011, serão destinados recursos da ordem de R\$ 79,9 milhões para realização de levantamentos da geodiversidade, geoquímicos, hidrogeológicos, geológicos e aerogeofísicos.

Além dos levantamentos e projetos citados acima, para 2011, serão destinados R\$ 30,1 milhões para a implantação de sistema de informações agregadas de caracterização de insumos minerais para construção civil, avaliação dos riscos geológicos e desastres naturais em regiões críticas, avaliação do potencial de minerais radioativos, fiscalização da atividade minerária e outorga de direitos minerários.

Transportes

Os investimentos no setor de transportes têm sido essenciais para o desenvolvimento nacional, com impacto direto sobre a eficiência produtiva e a competitividade da economia. Além disso, o fortalecimento da produção e o desenvolvimento regional equilibrado dependem de uma rede integrada de transportes que interligue as áreas de produção às de consumo e exportação.

Diante desse desafio, o Governo Federal elaborou, em 2007, o PNLT, com prazo de vigência até 2023, como forma de retomar o processo de planejamento de transportes de longo prazo no Brasil. Desde então, o reequilíbrio da matriz de transporte de cargas brasileira e a integração de modais têm sido os objetivos centrais da política nacional de transportes.

A alocação de recursos federais para o setor, em especial no âmbito do PAC, tem buscado garantir a ampliação e a manutenção da malha rodoviária federal pavimentada, facilitar a integração do continente sul-americano e intensificar o uso das modalidades ferroviária e aquaviária, tendo em vista que são menos poluentes e apresentam maior produtividade e eficiência energética.

Dando continuidade a essa estratégia, está em curso um conjunto de intervenções com vistas a ampliar a malha rodoviária federal pavimentada, de 61,8 mil km para 75 mil km, integrar o continente sul-americano, com a implantação de obras de infraestrutura de transportes dos eixos Mercosul-Chile, Peru-Brasil-Bolívia e Escudo Guianês, e aumentar de 25% para 32% a participação do modal ferroviário e de 13% para 29% a participação do modal hidroviário na matriz brasileira de transportes de cargas, até o término da vigência do PNLT.

Em relação ao setor rodoviário, nos últimos três anos foram recuperados 31,1 mil km de rodovias, conservados cerca de 28,0 mil km de vias anualmente, construídos e duplicados cerca de 1.550 km e 1.100 km de rodovias, respectivamente, e instalados e/ou reativados 78 postos de pesagem, sendo 45 fixos e 33 que operam com equipamentos portáteis em diversos Estados da Federação, que fizeram parte da primeira etapa do Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem. Para 2011 e 2012, a meta é colocar em operação outros 157 postos de pesagem.

No tocante à manutenção rodoviária, cabe destacar a implementação do novo modelo do Crema, criado para consolidar as atividades de recuperação e manutenção de rodovias, por meio de contratos de gestão sob a responsabilidade direta do contratado na execução das obras, por um período de até cinco anos. O Crema 1ª Etapa prevê a manutenção de 26 mil km, em 2011, e o Crema 2ª Etapa já está em implementação, cuja meta é realizar a manutenção de 15 mil km, em 2011.

Entre os 1.550 km construídos, 1.300 km referem-se a serviços de implantação e pavimentação de trechos de rodovias, fundamentais para o escoamento das safras, a ampliação da fronteira agrícola, a integração nacional, o desenvolvimento do turismo e o fortalecimento do comércio exterior, e 250 km são relativos a travessias e contornos, com vistas a minimizar os conflitos existentes entre os tráfegos de longa distância e local, retenções no fluxo de tráfego e acidentes envolvendo veículos e pedestres.

Entre as obras concluídas no período compreendido entre 2007 e 2009, merece destaque a construção de pontes sobre o rio São Francisco, na BR-116, no Estado da Bahia, sobre o rio Acre, na BR-317, no Estado do Acre, e sobre o rio Itacutú, na BR-401, no Estado de Roraima; dos trechos rodoviários das BRs 158, nos Estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, 153, no Estado do Paraná, e BR-282, no Estado de Santa Catarina; dos contornos de Rio Branco, na BR-364, no Estado do Acre, de Cachoeiro do Itapemirim, na BR-482, no Estado do Espírito Santo, e de Curitiba (Leste), na BR-116, no Estado do Paraná; bem como das travessias urbanas nos Municípios de Jequié e de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, de Paranaíba, no Estado de Mato Grosso do Sul, e de Araguaína, no Estado de Tocantins.

As ações de adequação e duplicação das rodovias visam eliminar segmentos críticos, de forma a aumentar a segurança, melhorar o fluxo e diminuir o custo do transporte. Nos últimos três anos, foram concluídos os trechos rodoviários entre Brasília e Anápolis, da BR-060, compreendida entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal, entre a divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais e o entroncamento com a BR-365, da BR-153, no Estado de Minas Gerais, denominado Trevão, e entre João Pessoa e Campina Grande, na BR-230, no Estado da Paraíba, sendo que para este último serão destinados R\$ 13,3 milhões em 2011 para a realização de obras complementares.

Considerando as metas a serem alcançadas, em 2011, o Governo pretende aplicar R\$ 13,1 bilhões no setor rodoviário, merecendo destaque as intervenções referentes à manutenção rodoviária, para o que está previsto um gasto da ordem de R\$ 5,0 bilhões; as adequações de trechos rodoviários nas BRs 163, no Estado do Mato Grosso; 365, no Estado de Minas Gerais; 493, no Estado do Rio de Janeiro; 060, no Estado de Goiás; 280, no Estado de Santa Catarina; e 392, 290 e 116, no Estado do Rio Grande do Sul, nos quais será despendido um total de R\$ 1,5 bilhão; a duplicação da BR-101, nos Estados do Nordeste, cujo valor perfaz R\$ 1,1 bilhão; a construção de trechos rodoviários nas BRs 429, no Estado de Rondônia; 319, no Estado do Amazonas; 163 e 230, no

Estado do Pará; 364, no Estado do Acre; e 448, no Estado do Rio Grande do Sul, com recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão; além da construção do trecho norte do Rodoanel, no Estado de São Paulo, com dotação de R\$ 437,5 milhões.

Ainda na área rodoviária, vale ressaltar a continuidade do processo de descentralização das atividades do Estado, mediante transferência para a iniciativa privada da responsabilidade pela recuperação, manutenção e operação de trechos de rodovias federais, iniciativa essa de vital importância para dinamizar a economia do País.

Entre as principais realizações de 2009, destacam-se a conclusão da II Fase da 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, envolvendo a transferência para o concessionário da rodovia BR-116/324/BA, Salvador – Feira de Santana – divisa dos Estados da Bahia e Minas Gerais, com 680,6 km de extensão. E já estão sendo feitos estudos para dar início à 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias, cuja Fase I abrange o trecho da BR-040/DF/MG, entre Brasília e Juiz de Fora, e o trecho da BR-116/MG, entre a divisa dos Estados da Bahia e de Minas Gerais e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Fase II, por sua vez, inclui o trecho da BR-101/ES/BA, entre a divisa dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e o Entroncamento BA-698, acesso a Mucuri, e trecho da BR-470, no Estado de Santa Catarina.

No setor ferroviário, o Governo Federal tem priorizado a expansão da malha ferroviária brasileira e a eliminação dos principais gargalos existentes, por meio da construção de ferrovias em bitola larga, com o objetivo de desenvolver um sistema ferroviário moderno, integrado e de alta capacidade, ligar áreas de produção agrícola e mineral aos portos, indústrias e mercado consumidor e aumentar a participação do modal na matriz de transportes.

A construção de novas ferrovias e sua posterior concessão à iniciativa privada permitem a ampliação da malha ferroviária brasileira e sua operação eficiente. Dessa forma, as operadoras concessionárias passam a investir na manutenção das linhas e na aquisição de locomotivas e vagões necessários à prestação do serviço de transporte, gerando impactos positivos na competitividade dos produtos agrícolas e minerais brasileiros e na ampliação da produção interna.

Os principais empreendimentos ferroviários do Governo Federal são a Ferrovia Norte Sul, a Nova Transnordestina e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. A Ferrovia Norte Sul irá, inicialmente, ligar o Estado de Goiás ao norte do País, permitindo o escoamento da produção agrícola desse Estado, além de beneficiar os Estados de Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão. Já foram concluídos 356 km dessa ferrovia e a construção de mais 1.003 km está em andamento. Também para atender à produção agrícola, a Nova Transnordestina ligará o sul dos Estados do Maranhão e Piauí (regiões produtoras de grãos) aos portos de Pecém, no Estado do Ceará, e Suape, no Estado de Pernambuco. A construção de 1.362 km dessa ferrovia está em andamento. No que concerne à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, além de permitir o escoamento da produção agrícola do oeste do Estado da Bahia e do Estado de Tocantins, ela servirá ao transporte de minério de ferro a ser produzido na região central baiana.

Ainda no setor ferroviário, cabe destacar a eliminação de gargalos importantes na malha existente, como a duplicação do trecho entre Curitiba e o Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, e a construção do Ferroanel, no Estado de São Paulo. Também estão sendo executadas obras envolvendo a construção de contornos e a remoção de pontos críticos, tais como a construção do Pátio de Tutóia e do contorno ferroviário, em Araraquara, no Estado de São Paulo, o rebaixamento da Linha Férrea de Maringá, no Estado do Paraná, e a construção dos contornos ferroviários de São Francisco do Sul e Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Com vistas a aumentar a participação do modal na matriz de transportes e possibilitar a consolidação da malha ferroviária do País, estão sendo elaborados estudos e projetos para integração multimodal, visando produzir uma carteira de empreendimentos, destacando-se:

- a) Ferrovia de Integração Oeste-Leste (1.490 km): Figueirópolis, em Tocantins- Ilhéus, na Bahia;
- b) Ferrovia de Integração Centro-Oeste (1.500 km): Uruaçu, em Goiás - Vilhena, em Rondônia (o primeiro trecho da Ferrovia Transcontinental, cujo traçado está em estudo);
- c) Conexão da Ferrovia Nova Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul (400 km): Eliseu Martins, no Piauí - Estreito, no Maranhão;
- d) Extensão Norte da Ferrovia Norte-Sul (700 km): Barcarena, no Pará -Açailândia, no Maranhão;
- e) Conexão Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia do Pantanal (220 km): Estrela d'Oeste, em São Paulo - Panorama, em Mato Grosso do Sul;
- f) Ferrovia do Pantanal (750 km): Panorama, em São Paulo - Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul;
- g) Ferrovia do Frango (620 km): Itajaí - Chapecó, ambos os Municípios em Santa Catarina; e
- h) Ferrovia Litorânea (236 km): Imbituba - Araquari, ambos os Municípios em Santa Catarina.

Além do transporte de carga, tem-se investido no transporte ferroviário de passageiros. O TAV, ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, concorrerá para a melhoria da movimentação de pessoas entre os principais pólos econômicos do País, o desenvolvimento regional e a redução dos impactos ambientais da emissão de gases poluentes em decorrência da crescente utilização de outros modais. Em conjunto com o redesenho do setor aéreo, o TAV permitirá maior eficiência do transporte regional de pessoas, reduzindo os tempos e custos de deslocamento, em uma solução de transporte multimodal.

Em 2011, está prevista a aplicação de R\$ 2,5 bilhões nesse setor, no qual se destaca R\$ 1,3 bilhão para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, R\$ 571,0 milhões para a Ferrovia Norte-Sul, R\$ 299,0 milhões para ações voltadas à construção de contornos ferroviários e variantes e adequação de ramais ferroviários que visam eliminar os gargalos das grandes cidades e R\$ 204,5 milhões correspondentes ao apoio da União para a construção do TAV entre Rio de Janeiro – São Paulo - Campinas.

No tocante ao setor hidroviário, desde 2007, foi concluída a construção dos terminais hidroviários de Tabatinga, São Sebastião do Uatamã e de Nhamundá, no Estado do Amazonas, e foram executados serviços de manutenção anual em cerca de 14 mil km de vias navegáveis, com destaque para melhorias nas hidrovias dos rios Madeira, Tocantins, São Francisco e Paraguai e canal de Guairá, no rio Paraná.

Além disso, vem-se trabalhando no sentido de concluir a transposição da barragem de Tucuruí, no rio Tocantins, no Estado do Pará, com vistas ao restabelecimento da navegação comercial do rio, num trecho de 780 km de extensão na região Sudeste daquele Estado, a qual foi interrompida pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

E ainda, para impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar as condições de segurança na movimentação de pessoas e cargas na mais importante bacia hidrográfica do País, está em execução a construção de terminais hidroviários em 57 localidades nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

A execução de investimentos no desassoreamento, balizamento e sinalização de canais também é de grande importância para a navegação fluvial. Segundo dados da Antaq, o Brasil possui cerca de 15 mil quilômetros de rios e lagos usados economicamente para logística. Com novos investimentos, esse potencial subiria para mais de 40 mil quilômetros, apenas nas bacias mais relevantes. Os principais focos agora serão a bacia Tocantins/Araguaia, Tietê/Paraná, Parnaíba/Rio Grande, São Francisco e a hidrovia do rio Madeira. No Madeira, os projetos das usinas de Santo Antonio e Jirau já incluem projetos de eclusas para auxiliar a navegação. O mesmo ocorre em Belo Monte, com projeto de usina já licitada no rio Xingu.

No modal hidroviário, estão previstos para serem aplicados, em 2011, pelo Governo Federal, R\$ 469,3 milhões na realização das obras de construção de terminais fluviais na Região Norte e nos melhoramentos no canal de navegação das hidrovias dos rios Tocantins, Paraná e Paraguai, Madeira, Tapajós e São Francisco.

No que diz respeito à indústria naval brasileira, os financiamentos estão voltados para a construção e ampliação de estaleiros e construção de embarcações, plataformas e sondas, com a finalidade de atender, principalmente, à demanda do Pré-sal.

A estabilidade e a expansão da economia, assim como o crescimento do transporte de cabotagem, fizeram com que cerca de 20 estaleiros fossem reabertos no Estado do Rio de Janeiro e dois outros novos, construídos, sendo um em Suape, no Estado de Pernambuco, e outro em Navegantes, no Estado de Santa Catarina. Essa movimentação significou a criação de milhares de empregos no setor e a geração de oportunidades na cadeia de fornecedores da indústria da construção naval. Ressalta-se, inclusive, que o aquecimento do setor deve manter-se assim ao longo das próximas duas décadas, principalmente por causa da exploração dos reservatórios da camada Pré-sal.

A Petrobras precisa de 45 novas plataformas de exploração, perfuração e produção de petróleo para atender o segmento. Cada uma das plataformas exige pelo menos dois navios de apoio, o que quer dizer que, nos próximos anos, haverá uma demanda adicional de 90 embarcações desse tipo, além dos 146 já previstos anteriormente pela estatal. Serão necessários, ainda, outros 70 navios petroleiros para atender à demanda da Petrobras.

Existem, ainda, encomendas anunciadas pela Petrobras e por outros armadores brasileiros de mais de 350 embarcações. Em dezembro de 2009, só o CDFMM aprovou prioridades para a construção de navios que representam investimento de R\$ 5,0 bilhões e a implantação e modernização de estaleiros que totalizam R\$ 2,2 bilhões, perfazendo o montante de R\$ 7,2 bilhões.

Nesse sentido, os financiamentos do FMM, que integram o PAC, com previsão de recursos da ordem de R\$ 3,3 bilhões para 2011, são um dos principais instrumentos da política de fomento da indústria naval brasileira.

Na relação comercial brasileira com o resto do mundo, os portos têm participação de aproximadamente 80%. Para alcançar a meta de crescimento das exportações, é necessário adequá-los aos desafios do comércio exterior, ampliar a capacidade dos existentes e construir novos terminais.

A SEP, vinculada à Presidência da República, é o órgão responsável pela formulação de políticas e execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos. Em 2011, deverá contar com recursos da ordem de R\$ 1.050,0 milhões, dos quais R\$ 912,0 milhões no âmbito do PAC.

Para que o setor portuário brasileiro possa receber navios de maior porte e aumentar a capacidade de movimentação de cargas, o PND pretende adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução dos principais portos do País, com vistas a aumentar a produtividade de carga e descarga, reduzir o tempo de espera para atracação e permitir o aumento do fluxo de navios, o que deverá resultar em significativo aumento no desempenho das exportações e no movimento de turistas. A melhoria desses acessos é o principal indutor da redução de custos da atividade portuária brasileira, além de ampliar a capacidade de operação dos portos.

Em 2010, além de dar continuidade às obras portuárias de dragagem previstas no PAC 1, foram iniciadas ações que viabilizarão as obras de dragagem marítima de acesso aos portos incluídos no PAC 2, como a elaboração dos projetos básicos, de estudos de viabilidade técnica e econômica e dos relatórios de impacto ambiental, com vistas à obtenção de licenças para a licitação desses empreendimentos.

Para 2011, o PND prevê a realização de 17,3 milhões de m³ de dragagem de aprofundamento e adequação da navegabilidade nos canais de acesso e bacias de evolução de 13 portos marítimos sob responsabilidade da SEP. Serão realizadas obras integrantes do PAC nos portos de Luís Correia, no Piauí, Areia Branca, no Rio Grande do Norte, Suape, em Pernambuco, Maceió, em Alagoas, Vitória e Barra do Riacho, no Espírito Santo, Canal das Flechas e Itaguaí, no Rio de Janeiro,, Santos, em São Paulo, Paranaguá, no Paraná, Imbituba, em Santa Catarina, São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Com a finalidade de atender ao crescimento da demanda por turismo marítimo e aumentar a capacidade de atracação das embarcações turísticas de grande porte no País, tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014, a SEP deverá, ainda, investir R\$ 63,3 milhões para viabilizar o funcionamento de terminais marítimos de passageiros nos Portos de Manaus, no Amazonas, Fortaleza, no Ceará, Natal, no Rio Grande do Norte, Recife, em Pernambuco, e Salvador, na Bahia. Com esses investimentos, a expectativa é de que sejam ofertados 67,5 mil leitos em navios, em complemento às vagas disponibilizadas pela rede hoteleira nacional. Outros empreendimentos relacionados à Copa do Mundo de 2014, também no âmbito do PAC, são o alinhamento de cais no Porto de Santos, em São Paulo, e a implantação de três píeres de atracação no Porto do Rio de Janeiro, contemplados com R\$ 25,0 milhões e R\$ 47,0 milhões, respectivamente.

O Brasil sediará, ainda, os Jogos Olímpicos em 2016, na Cidade do Rio de Janeiro. Com os investimentos a serem realizados no Porto do Rio de Janeiro, poderão atracar, simultaneamente, até seis navios de turismo de grande porte, com cerca de 18 mil leitos.

Voltados à realização desses eventos, em 2010, foram apresentados projetos arquitetônicos e urbanísticos para a implantação de terminais de passageiros e de infraestruturas de acessos terrestres e marítimos. Para 2011, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 5,0 milhões para elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e de relatórios de impacto ambiental para obtenção de licenças, com vistas à elaboração de projetos básicos e executivos.

Os empreendimentos previstos no PAC incluem a ampliação, recuperação e modernização de instalações portuárias, abrangendo sistemas de atracação, acessos terrestres e desburocratização das operações portuárias. Para 2011, estão previstos investimentos em projetos de infraestrutura e de implantação de sistemas de gerenciamento, logística e atendimento portuários, iniciativas que visam à redução de custos, melhoria da eficiência operacional portuária, aumento da competitividade das exportações brasileiras e incentivo ao investimento privado.

No que tange ao setor aeroportuário, evidenciam-se as ações adotadas em relação à reestruturação do Profaa, cuja finalidade é a reforma ou ampliação de aeroportos públicos, por meio de parcerias com os governos responsáveis pelos terminais. Para 2011, estão sendo destinados R\$ 498,8 milhões.

Sobressai-se, ainda, o processo de modernização e revitalização do Sisceab, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional e elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, por meio do aumento da ação de monitoramento. Para complementar a vigilância do espaço aéreo brasileiro e o monitoramento do tráfego aéreo, faz-se necessária a ampliação da cobertura do Sisceab por radar em rota e em áreas terminais de interesse. Para 2011, está prevista a implantação de três novos radares, com a alocação de R\$ 1.097,4 milhões para essa finalidade.

A Anac prosseguirá no aprimoramento da regulamentação e fiscalização do setor aéreo, com vistas ao desenvolvimento e ao crescimento sustentável e à garantia na confiabilidade e qualidade dos serviços prestados. Conterá, em 2011, com recursos da ordem de R\$ 213,1 milhões.

Telecomunicações

Na conjuntura atual, em que o conhecimento é um dos principais vetores de transformações econômico-sociais, as TICs têm o potencial de acelerar o desenvolvimento do País, proporcionando inúmeros benefícios à sociedade, entre os quais destacam-se o acesso à informação, o uso dos serviços do Estado, as aplicações em educação e saúde, a busca de empregos mais qualificados e o pleno exercício do direito à comunicação. Nesse contexto, o Governo Federal tem buscado viabilizar avanços adicionais para a universalização dos serviços de telecomunicações e para a efetiva competição, de forma a melhor adequá-las às necessidades da população brasileira, principalmente a de menor renda.

O crescimento do acesso à internet em velocidade de banda larga é incontestável. Para reduzir as desigualdades em relação ao serviço, o Governo Federal busca massificar o acesso à Internet em banda larga no território nacional, com o PNBL, aprovado em maio de 2010, que abrangerá 4.283 Municípios e contará com recursos da ordem de R\$ 13,0 bilhões. Um dos principais obstáculos ao avanço da banda larga no País é o seu elevado preço, decorrente, em parte, da falta de competitividade no mercado interno. O PNBL é um importante instrumento que aumentará a concorrência, sobretudo nas cidades do interior e nas periferias das grandes cidades. Ao mesmo tempo, o PNBL viabilizará o início de um novo e virtuoso ciclo de desenvolvimento, na medida em que a difusão do acesso em banda larga representa importante ferramenta de inclusão e contribui para o desenvolvimento econômico e social do País.

Além da política de expansão da infraestrutura de redes digitais de banda larga, o Governo Federal executa e apoia ações de inclusão digital por meio de diversos programas e órgãos. Nesse sentido, está em curso a implantação do Programa Banda Larga nas Escolas, que prevê o fornecimento gratuito, até 2025, de conexão banda larga em todas as escolas públicas urbanas brasileiras. Até 2011, o projeto atenderá 64,8 mil escolas públicas urbanas, beneficiando diretamente mais de 86% dos alunos dessas escolas, com uma velocidade da conexão de 1 Mbps¹¹, com previsão de aumento de banda em função da evolução da oferta de mercado.

Por sua vez, o Gesac tem por objetivo levar a todas as localidades, com prioridade para as remotas ou com baixo índice de desenvolvimento, a infraestrutura de comunicações em banda larga e aplicativos para acesso à internet, de forma a contemplar populações variadas, como comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac conta atualmente com cerca de 11.600 pontos instalados, atendendo a aproximadamente 5 mil Municípios. Para 2011, o Programa prevê a ampliação da cobertura, contando com recursos da ordem de R\$ 58,3 milhões, de forma a atender à totalidade da demanda de todos os telecentros implantados, bem como melhorar a qualidade dos serviços de internet.

Na área regulatória, cabe destacar a revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, prestado no regime público, com vigência para o período 2011-2015, e a visão estratégica preconizada no PGR, em que são determinadas as medidas prioritárias de curto, médio e longo prazos a serem realizadas pela Anatel, em um horizonte de dez anos, de modo a reforçar a previsibilidade e a segurança regulatórias, elementos indispensáveis ao desenvolvimento do setor.

Merecem destaque também os esforços realizados pela Anatel no sentido de fortalecer a participação da sociedade na agenda regulatória, harmonizando os direitos e obrigações de usuários e empresas. Nesse sentido, encontra-se em fase final de desenvolvimento o Plano de Ação Pró-Usuário dos Serviços de Telecomunicações, que deverá consolidar no ambiente interno da Anatel uma visão aperfeiçoada da inserção dos direitos dos usuários nos regulamentos.

¹¹ Megabit por segundo – unidade de transmissão de dados equivalente a mil kilobits por segundo ou 1 milhão de bits por segundo.

A evolução dos serviços de telecomunicações no Brasil é um indicativo do desenvolvimento do setor ao longo dos últimos anos. Na telefonia fixa, o Brasil somava 17 milhões de acessos em serviço em 1997 e hoje conta com mais de 42 milhões de linhas fixas. Na telefonia móvel, os acessos celulares saltaram de 4,6 milhões, em 1997, para mais de 180 milhões em 2010, ou seja, um crescimento aproximado de 3.900% no período, ou cerca de 300% ao ano.

Em relação ao segmento de Televisão por Assinatura, a Anatel prevê a retomada do processo de outorga para a prestação do serviço de TV a Cabo para todos os Municípios brasileiros. Com a retomada, estima-se uma significativa ampliação no número de prestadores e a consequente expansão da oferta, acesso e competição no setor, que já atende a mais de 8 milhões de domicílios no País. Com vistas a dar continuidade à execução das atividades de fiscalização, outorga e outras ações finalísticas da Anatel, serão destinados à Agência um total de R\$ 103,3 milhões.

Finalmente, o Funttel é o principal instrumento de fomento a pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações brasileiro, o qual contará com recursos da ordem de R\$ 250,0 milhões em 2011. Cabe ressaltar que resultados expressivos foram alcançados por projetos apoiados pelo Funttel, como o desenvolvimento do SBTVD, que já se tornou um padrão de televisão digital internacionalmente reconhecido.

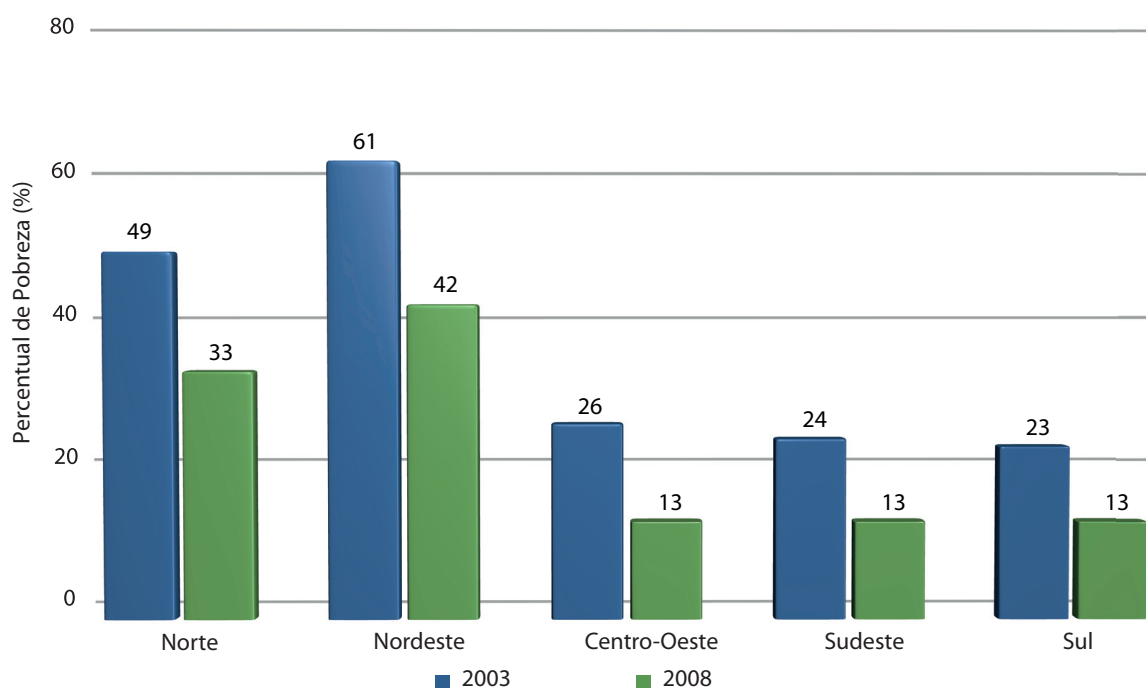
Baseado no padrão japonês ISDB-T (Integrated Services Digital Broadcast – Terrestrial), o SBTVD incorporou melhorias propostas pelo Governo Federal, comunidade científica e setor empresarial do Brasil, passando a ser designado internacionalmente por ISDB-Tb (Integrated Services Digital Broadcast – Terrestrial, Brazilian Version). O sinal da TV Digital brasileira está atualmente disponível em mais de 300 Municípios do País, atingindo mais de 83 milhões de pessoas. Em 2011, todas as geradoras e retransmissoras localizadas em capitais de Estados e no Distrito Federal deverão iniciar suas transmissões digitais.

Desenvolvimento Regional

As diferentes taxas de desenvolvimento observadas entre as regiões brasileiras têm sua origem na formação econômica do País, em especial, dos diferentes ciclos econômicos que o Brasil atravessou, juntamente com as relações trabalhistas e as características culturais predominantes de cada região. Portanto, a preocupação em avançar na direção de um País mais igualitário vem norteando os esforços empreendidos pelo Governo Federal, mediante o desenvolvimento de iniciativas que visam levar o desenvolvimento às regiões brasileiras e diminuir as disparidades sociais e econômicas existentes.

A PNAD de 2008 reforçou as boas notícias que já vinham se anunciando desde o início dos anos 2000, no que se refere à melhoria na distribuição de renda no País e à nítida tendência de queda continuada na desigualdade brasileira. Mais do que isso, entre 2007 e 2008, verificou-se que houve crescimento na renda de todos os estratos da população, com a consequente redução da pobreza, decorrente dos aumentos da ocupação e dos rendimentos reais, incluídas as transferências nas classes com menor renda. De 2003 a 2008, a incidência de pobreza diminuiu em todas as regiões do País, conforme evidencia o Gráfico 8, com destaque para o Nordeste, com recuo de 19 pontos percentuais, seguido pelo Norte, com 16 pontos percentuais.¹² Ressalte-se que, em horizontes de cinco anos, esses foram os maiores decréscimos registrados nas séries regionais, iniciadas em 1981, apontando para uma redução das divergências regionais.

¹² Cf. Ipea, Metodologia linhas de pobreza e indigência (www.ipeadata.gov.br). O conceito de pobreza aqui empregado se aplica à parcela de indivíduos considerados pobres, de acordo com metodologia específica aplicada à base de dados da PNAD. São consideradas indigentes as pessoas com renda inferior à linha de indigência, calculada a partir de uma cesta de alimentos que satisfaça requisitos nutricionais mínimos. A linha de pobreza equivale a duas vezes a linha de indigência.

Gráfico 8 – Incidência de Pobreza

Elaboração: Ipea, a partir de dados da PNAD/IBGE.

O Governo Federal vem buscando, por meio de diversos programas, promover o desenvolvimento nas regiões do Brasil. Destaca-se o trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional, cujos investimentos estão direcionados prioritariamente para as regiões menos desenvolvidas ou consideradas estratégicas, gerando resultados que, embora não possam ser mensurados objetivamente, certamente concorreram para a melhoria dos dados socioeconômicos supracitados.

Portanto, tendo em vista os avanços obtidos nos últimos anos, a União continuará adotando medidas de estímulo à produção, ao emprego e à renda nas regiões e sub-regiões menos desenvolvidas, como os Municípios do semiárido brasileiro, nas mesorregiões (territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais), nas Rides e em espaços importantes para a integração sul-americana.

Assim, em 2011, serão investidos R\$ 82,3 milhões no desenvolvimento das áreas que fazem fronteira com países limítrofes, por meio de sua estruturação física, social e econômica, no estímulo aos potenciais endógenos das regiões e sub-regiões mais carentes, nas ações de inserção produtiva da população, visando à dinamização de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais, e na organização social de comunidades locais.

Ressaltam-se, também, os esforços para o desenvolvimento da agricultura irrigada, importante ferramenta de combate à pobreza e de melhoria da distribuição de renda, que tem contribuído para a geração de empregos, aumento da oferta de alimentos e a consequente diminuição de seus preços, criando uma estrutura permanente de geração de desenvolvimento econômico e social em diversas localidades.

Nos últimos anos, o Governo Federal vem realizando várias intervenções pelo País, com o objetivo de viabilizar a implantação de diversos perímetros de irrigação, entre eles, os perímetros Baixio de Irecê e Salitre, ambos no Estado da Bahia, Jaíba, no Estado de Minas Gerais, Propertins, no Estado do Tocantins, Luis Alves do Araguaia, no Estado de Goiás, Marituba, no Estado de Alagoas, e Pontal, no Estado de Pernambuco, com uma área irrigada correspondente a 40 mil ha.

Em 2011, os investimentos em agricultura irrigada terão prosseguimento, pois serão aplicados R\$ 454,4 milhões na continuidade da implantação dos perímetros já iniciados, na construção de novos perímetros, como Tabuleiro São Bernardo, no Estado do Maranhão, e Marrecas-Jenipapo, no Estado do Piauí, e na transferência de gestão de perímetros públicos que já se encontram em condições normais de operação aos produtores locais.

A melhoria da infraestrutura hídrica de oferta e acesso à água também vem recebendo grande atenção, uma vez que a água é elemento básico e estruturante para o desenvolvimento de qualquer atividade social e econômica.

Os esforços do Governo Federal nessa área vêm se traduzindo em diversas intervenções, mediante a conclusão da construção de barragens, como Taquara, no Estado do Ceará, Piauí e Poço do Marruá, ambas no Estado do Piauí, Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, e Setúbal e Peão, ambas no Estado de Minas Gerais; a implantação de adutoras, a exemplo de Poço do Marruá, no Estado do Piauí, Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Capivara e Acauã, ambas no Estado da Paraíba, e Pirapama, no Estado de Pernambuco; e as obras de sistemas de abastecimento, entre eles, Limoeiro, Agrestina e Belo Jardim, no Estado de Pernambuco, Alto Oeste, no Estado do Rio Grande do Norte, Congo, no Estado da Paraíba, e Ibaretama, no Estado do Ceará.

Além disso, destacam-se as medidas adotadas para levar água às populações dos Municípios da Calha do Rio São Francisco, como apoio à conclusão da construção de 7.945 cisternas, em 54 Municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe; a conclusão de cinco sistemas de abastecimento, nas localidades de Ilhas das Canas, em Penedo, no Estado de Alagoas, Itamarati, em Juazeiro, Palmas e Passos, em Serra do Ramalho, e Nova Esperança, em Sítio do Mato, todas no Estado da Bahia, e com a implantação de 39 poços tubulares no Estado da Bahia.

Em 2011, as ações que contribuem efetivamente para o aumento da oferta e do acesso à água de boa qualidade, a utilização racional desse recurso e o aprimoramento dos instrumentos de gestão e do fortalecimento institucional dos organismos gestores de recursos hídricos continuarão sendo prioridade com a aplicação de R\$ 626,9 milhões.

Outra medida importante em prol da criação de condições reais de desenvolvimento sustentável e autônomo na Região Nordeste do Brasil, principalmente em seu semiárido, é o investimento do Governo Federal no PISF, que visa levar água para as bacias Brígida, Terra Nova, Pajeú Moxotó, bacias do Agreste Pernambucano, Jaguaribe, Metropolitanas do Ceará, Apodi, Piranhas-Açu, Paraíba e Piranhas por meio de dois eixos de integração: leste e norte.

O PISF assegurará a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 cidades da região semiárida dos Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, reduzindo em 30% o contingente populacional exposto às situações emergenciais das secas e contribuindo para o desenvolvimento de atividades econômicas. Além disso, o Programa viabilizará uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, o que significará melhor aproveitamento da infraestrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. Neste sentido, para 2011, o Governo Federal deve aplicar R\$ 1,5 bilhão no PISF, com a finalidade de concluir o Eixo Leste, com 220 km, e de dar continuidade ao Eixo Norte, com 400 km.

Outra linha de atuação do Governo Federal, no sentido de promover melhorias nas condições de vida das populações residentes nos Municípios integrantes das bacias dos rios São Francisco e Paraíba, é a revitalização desses importantes cursos d'água, que são fonte de alimentos e propiciam atividades econômicas para milhões de brasileiros. Atenção especial vem sendo dada à elaboração de projetos e a obras de esgotamento sanitário, como a realização de ligações domiciliares, implantação de unidades sanitárias, coleta, elevação e tratamento final de efluentes. Para tanto, em 2011, será dada continuidade

às intervenções de revitalização, com aplicação de R\$ 313,1 milhões, contribuindo-se de maneira efetiva para a melhoria da saúde pública, do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades dessa região.

A União também vem envidando esforços no sentido de diminuir a exposição da população a situações de riscos decorrentes de desastres naturais como fortes chuvas e cheias. Para tanto, tem-se procurado melhorar os sistemas de escoamento das águas em diversos Municípios do Brasil como Boa Vista, no Estado de Roraima, Miracema do Tocantins e Formoso do Araguaia, ambos no Estado do Tocantins, Salvador, no Estado da Bahia, Luís Alves e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, e São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de serviços de macrodrenagem, implantação de serviços de drenagem pluvial, controle de erosão, dragagem e desassoreamento de rios. Em 2011, terão prosseguimento os investimentos nesta área com a aplicação de R\$ 127,4 milhões na continuidade dessas obras e no início de novas intervenções.

Desenvolvimento Urbano

O avanço do processo de urbanização constitui uma das principais características da sociedade brasileira. Embora existam regiões nas quais a população ainda se concentra no meio rural, na maioria dos Municípios a população é majoritariamente urbana e o grau de urbanização do País já ultrapassou a marca dos 80%, fazendo das cidades o palco no qual se desenvolvem as principais atividades econômicas e socioculturais do País.

Esse avanço produziu cidades marcadas por profundas desigualdades sociais ao longo do século XX, especialmente nos espaços metropolitanos e nas principais aglomerações urbanas do País. Com vistas a enfrentar esse desafio, o Governo Federal tem buscado ampliar os investimentos em infraestrutura social e urbana, orientados para melhorar as condições de moradia, saneamento e mobilidade urbana, sobretudo em famílias de baixa renda.

No que concerne à política habitacional brasileira, algumas inovações importantes marcam o período que se inicia em 2007, como a inclusão da urbanização de favelas entre os investimentos do PAC, a ampliação das ações do FNHIS, com a criação da Produção Social de Moradia, em 2008, e a criação do PMCMV, em 2009. Além de iniciativas complementares, como mudanças no marco regulatório de regularização fundiária e nas regras de licenciamento ambiental, apoio ao desenvolvimento da construção civil, garantias adicionais para o tomador de empréstimos e agentes financeiros, entre outras.

No âmbito do acesso à moradia, os recursos do SBPE deram um salto expressivo, passando de R\$ 18,7 bilhões, em 2007, para R\$ 33,0 bilhões, em 2009. A faixa de renda entre zero e três salários mínimos, na qual se acumula o déficit habitacional, em 2002, capitaneava 32% desses investimentos e alcançou 63%, em 2009, fato que demonstra o compromisso da União na melhoria das condições de vida dos estratos populacionais menos favorecidos.

O PMCMV, mediante concessão de subvenção econômica e de transferência de recursos ao FAR e ao FDS, contratou empreendimentos para a produção de 500 mil moradias em seu primeiro ano de implementação, o que representa metade da meta total prevista, e mais de 400 mil unidades já estão em fase de análise pela CEF. Até o momento, esse esforço exigiu recursos da ordem de R\$ 11,4 bilhões provenientes do Orçamento Fiscal, sendo que, para 2011, serão destinados outros R\$ 13,0 bilhões.

Quanto ao FNHIS, os investimentos já contratados somam R\$ 3,9 bilhões, aplicados em mais de 3 mil empreendimentos habitacionais. Entre as ações, destacam-se a melhoria da infraestrutura de assentamentos precários, a provisão habitacional para população de baixa renda e a elaboração de planos habitacionais com a participação de setores públicos e privados. Em 2011, serão alocados R\$ 651,0 milhões para finalizar as obras em andamento e iniciar as que já se encontram selecionadas.

Outra importante vertente da habitação está associada à urbanização de assentamentos precários, mediante intervenções urbanísticas e sociais capazes de transformar a realidade de famílias em vulnerabilidade social, tais como regularização fundiária, urbanização e associativismo comunitário. No período de 2007 a 2010, foram contratados projetos no valor total de R\$ 8,9 bilhões de recursos do PAC e, para 2011, estão definidos investimentos de R\$ 1,9 bilhão.

Entre as principais obras no setor habitacional, cuja conclusão está prevista para 2011, destacam-se: a urbanização da favela de Paraisópolis, em São Paulo, no Estado de São Paulo, com a produção de 2.544 unidades habitacionais e que beneficiará 22,5 mil famílias; a requalificação urbana do vale do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, com a construção ou aquisição de 957 unidades habitacionais e que beneficiará 16,6 mil famílias; a urbanização de favela de Heliópolis, em São Paulo, no Estado de São Paulo, com a produção de 1.427 unidades habitacionais e que beneficiará 15,6 mil famílias; a urbanização do Vale do Reginaldo, em Maceió, no Estado de Alagoas, com a construção de 1.512 novas moradias e que beneficiará 7 mil famílias; e a construção de 2.468 unidades habitacionais em Arroio Cadena e Vacacaí-Mirim, em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que beneficiará 8,4 mil famílias.

Aliado ao setor de habitação, as políticas públicas envolvendo saneamento são de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Nesse sentido, o acesso à água adequada para consumo humano é um determinante das condições de vida da população e da salubridade do meio ambiente. Segundo dados da Pesquisa PNAD, o percentual da população urbana com canalização interna de abastecimento de água proveniente de rede geral passou de 88% em 2002 para 91% em 2008, o que possibilitou ao Brasil alcançar ainda em 2007 a meta relativa ao acesso à água potável nas áreas urbanas prevista para 2015.

Da mesma forma, o esgotamento sanitário concorre para a melhoria das condições de saúde da população e para a qualidade dos recursos hídricos, razão pela qual a União tem investido amplamente no setor. Segundo a PNAD, 82% dos domicílios urbanos já estavam ligados à rede coletora ou possuíam fossas sépticas em 2008. E ainda, no que tange à coleta de resíduos sólidos, 98% dos domicílios urbanos do País eram atendidos pela coleta direta ou indireta de resíduos em 2008.

Ainda no que se refere ao saneamento, a drenagem urbana é outra questão importante na agenda política e social, dadas a redução paulatina da capacidade de drenagem natural e a ocupação de áreas vulneráveis, como encostas de morro, que elevam o risco ao qual parte da população fica exposta. Esses problemas tendem a se tornar ainda mais relevantes no médio prazo, dentro do contexto das mudanças climáticas. Nesse sentido, o Governo Federal tem desenvolvido ações de implantação e ampliação de sistemas de drenagem urbana sustentável, bem como de manejo de águas pluviais e de contenção de encostas.

Ressalte-se que as ações voltadas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos estão contempladas no PAC, fato que concorreu significativamente para um maior aporte de recursos nos últimos quatro anos. Verifica-se que, entre 2003 e 2006, o volume de contratações teve uma média inferior a R\$ 3,0 bilhões anuais, enquanto que, no período de 2007 a 2010, a previsão é de que sejam contratados investimentos que totalizam R\$ 34,0 bilhões, dos quais R\$ 16,3 bilhões com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a realização de ações que envolvem esforços conjuntos dos Ministérios das Cidades e da Saúde.

Entre as obras de saneamento com conclusão programada para o ano de 2011 cabe destacar o abastecimento de água em Salvador, no Estado da Bahia, que beneficiará 69,1 mil famílias; o saneamento integrado no Complexo de Manguinhos, no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, que beneficiará 12 mil famílias; o esgotamento sanitário em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul,

que beneficiará 23 mil famílias; e o abastecimento de água no Distrito Federal e Entorno – Sistema Corumbá Sul, que prevê construção de estação de tratamento de água, reservatórios e adutoras e beneficiará 230 mil famílias.

Em relação ao padrão de mobilidade urbana da população brasileira, verificam-se alterações nos últimos anos devido à intensificação do uso de meios de transportes individuais. Esse aumento tem reflexos positivos sobre os indicadores de crescimento econômico, todavia impacta fortemente o desempenho dos sistemas de transportes públicos, a segurança no trânsito, bem como promove maiores congestionamentos das vias urbanas. De forma a mitigar essas deseconomias, estão previstos R\$ 56,0 milhões, em 2011, visando o desenvolvimento de projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e de sistemas de circulação não motorizada.

Nesse mesmo sentido, investimentos em sistemas metroferroviários contribuem sobremaneira para abrandar tais cenários, tendo em vista estarem presentes em 12 regiões metropolitanas e transportarem cerca de 1 bilhão de passageiros por ano. Especificamente em relação aos sistemas geridos pelo Governo Federal e inseridos no âmbito do PAC, serão destinados R\$ 526,5 milhões, em 2011, para promover as expansões e melhorias nos sistemas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre.

A conclusão da Linha 1 do sistema de Belo Horizonte, ainda em 2010, permitirá que sejam transportados quase 200 mil passageiros por dia e, para 2011, prevê-se o início da substituição do Sistema Automático de Controle de Trens e a aquisição de novas composições. Na Linha Centro do sistema de Recife, estima-se que cerca de 80% das obras estarão concluídas ao final de 2010, contando com 20 Km de extensão e 17 estações, enquanto que, para a Linha Sul, prevê-se a aquisição de 15 Trens Unidade Elétrica, em 2011.

O sistema de Fortaleza, por sua vez, conta com duas linhas, a Oeste, com 60% das obras concluídas, e a Sul, com conclusão prevista já para dezembro de 2011. No sistema de Salvador, a modernização do trecho Calçada-Paripe encontra-se com avanço físico de 52%. No sistema de Porto Alegre, continuam as obras de extensão de São Leopoldo a Novo Hamburgo, cuja execução deverá atingir 44%, em 2010, além do sistema aeromóvel, trem suspenso que ligará o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ao sistema metroviário da região.

No que concerne à questão de segurança no trânsito e com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, o Programa de Segurança e Educação de Trânsito, a cargo do Denatran, tem realizado campanhas educativas, fomento a projetos de redução de acidentes e manutenção de sistemas de informação de trânsito, estando previstos recursos da ordem de R\$ 214,0 milhões para continuidade dessas ações em 2011.

Cabe destacar, ainda, o lançamento de amplo programa de investimentos em ações que visem aprimorar a mobilidade nas cidades que receberão os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, tais como os BRTs, corredores expressos de transporte, monotrilhos e sistema leve sobre trilhos.

Meio Ambiente

O Brasil é reconhecidamente um País detentor de uma biodiversidade exuberante, refletida em biomas complexos, como o amazônico, o do pantanal e o do cerrado, que abarcam 41,1 mil espécies da flora, e de recursos hídricos invejáveis em todo o mundo, cuja vazão total de seus rios alcança valores próximos a 180 mil metros cúbicos por segundo, o que corresponde a 12% do total mundial.

Ciente de suas responsabilidades, o Governo Federal tem realizado nos últimos anos a implementação de uma política ambiental integrada na perspectiva da promoção do crescimento sustentável e da conservação de todo esse patrimônio, com foco em intervenções que revertam o quadro de desmatamento

e incêndios florestais verificado, em especial, no norte brasileiro, além da criação de diversas unidades de conservação em todo o território nacional, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à proteção de espécies ameaçadas de extinção.

Verifica-se, também, que temas atuais, decorrentes do debate internacional na área ambiental e que se tornaram recorrentes, entraram na agenda do Governo Federal e resultaram em iniciativas que são referência para toda a sociedade brasileira. É o caso da PNMC, que aborda questões climáticas e estabelece um conjunto de instrumentos, com vistas a preparar a economia para as demandas e padrões futuros de produção e a apoiar projetos e estudos que mitiguem a mudança do clima.

Nesse sentido, um dos principais instrumentos utilizados pela União para viabilizar a PNMC é o Fundo Nacional de Mudança Climática, criado por meio da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e para financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos, que contará com recursos da ordem de R\$ 233,7 milhões em 2011.

Cite-se, também, o desenvolvimento de projetos de MDL, previsto no protocolo de Quioto, para auxiliar no processo de redução de emissão de gases que provocam o “efeito estufa”, os quais atraem investimentos externos para o Brasil e servem de incentivo para a modernização do parque industrial, da gestão de resíduos e da agricultura brasileira. Esses projetos possibilitaram a redução de emissão de cerca de 390 milhões de tCO₂e (toneladas de equivalentes de gás carbônico), colocando o Brasil em terceiro lugar entre os países que conseguiram reduzir a emissão de gases por projetos de MDL.

Um outro exemplo concreto de ação do Governo na PNMC refere-se à Caatinga. Considerado um dos biomas mais vulneráveis às mudanças climáticas, no qual habitam 13 milhões de brasileiros, é apontado como uma das regiões que mais serão afetadas pelo aquecimento global. Estimativas apontam que 1/3 da economia do Nordeste, onde se encontram 80% do bioma Caatinga, pode desaparecer. Assim, além de incluí-lo no programa de redução de emissões de CO₂, o Governo lançará, até o final de 2010, um plano de ação para conter o desmatamento e intensificar as ações de preservação do bioma..

No que tange à Amazônia, os dados do Inpe mostram que as taxas de desmatamento vêm caindo sistematicamente desde 2005. O desmatamento verificado em 2009 foi o mais baixo nos 21 anos de monitoramento: 7,5 mil km², indicando redução de 73% em relação aos 27,4 mil km² desmatados em 2004. Para 2010, espera-se uma taxa ainda menor do que em 2009.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade envolvidos na execução de atividades previstas no PPCDAM. Ressalte-se, também, que ações semelhantes têm ocorrido em outros biomas, como é o caso do cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo, com 12 mil espécies e plantas nativas, que possui o PPCerrado. Nesse sentido, para 2011 estão previstos R\$ 45,5 milhões para fiscalização das atividades de desmatamento.

Com relação a atuações federais mais específicas, ressalta-se o combate a incêndios florestais, com vistas a minimizar também o desmatamento. Comparando dados acumulados de janeiro a junho de cada ano, o número médio anual de focos de incêndio, de 2008 a 2010, foi 35% menor do que no triênio anterior. A queda ocorreu em 18 dos 27 Estados, incluindo sete dos nove que compõem a Amazônia Legal, com destaque para os Estados de Mato Grosso e do Pará, que historicamente apresentam as maiores taxas de desmatamento, com quedas de 54% e 69%, respectivamente. É importante observar que essa queda ocorreu não só na Amazônia, principal foco de desmatamento atual em termos absolutos, mas também em grande parte dos outros biomas brasileiros. Para 2011, serão aportados R\$ 48,0 milhões, de forma que se possa dar continuidade às ações realizadas até o momento.

Outra medida efetiva de proteção da biodiversidade brasileira é a criação de UCs, uma vez que elas atuam na conservação de genes, espécies e ecossistemas, os três níveis de biodiversidade previstos na CDB. Ao final de 2006, o SNUC contabilizava 288 UCs federais, representando uma área total de 69,2 milhões de hectares. Durante o período 2007-2009, foram criadas 16 UCs federais, totalizando 6 milhões de hectares, o que significou um incremento de 8,6%. Em sua grande maioria, a ampliação da área protegida ocorreu no bioma Amazônia (96,1% da área das novas unidades), seguido da Área Marinha (1,7%), Mata Atlântica (1%), Caatinga (1%) e Cerrado (0,2%).

A implementação da política nacional de recursos hídricos, em que se destacam ações de outorga, de cadastramento e de fiscalização de usuários de recursos hídricos, é estratégica. A água, apesar de toda sua abundância no Brasil, possui distribuição territorial bastante heterogênea, considerando-se que 70% da água doce superficial encontra-se na Amazônia, onde vivem apenas 10% dos brasileiros. Além disso, o acompanhamento da qualidade da água também é um desafio de grande relevância, que ganha complexidade no caso de um país de dimensões continentais, como o Brasil, dado que o lançamento de esgotos domésticos é o principal fator de degradação da água.

Para tanto, diversas ferramentas foram desenvolvidas para auxiliar o monitoramento e a fiscalização de recursos hídricos. Destacam-se o CNARH, que tem auxiliado a ANA no processo de regularização do uso da água de bacias hidrográficas, e a Rede Hidrometeorológica Nacional, que visa ao levantamento de dados pluviométricos e de qualidade da água, entre outros, que possibilitam o conhecimento das características quantitativas e qualitativas dos corpos hídricos do País.

TURISMO

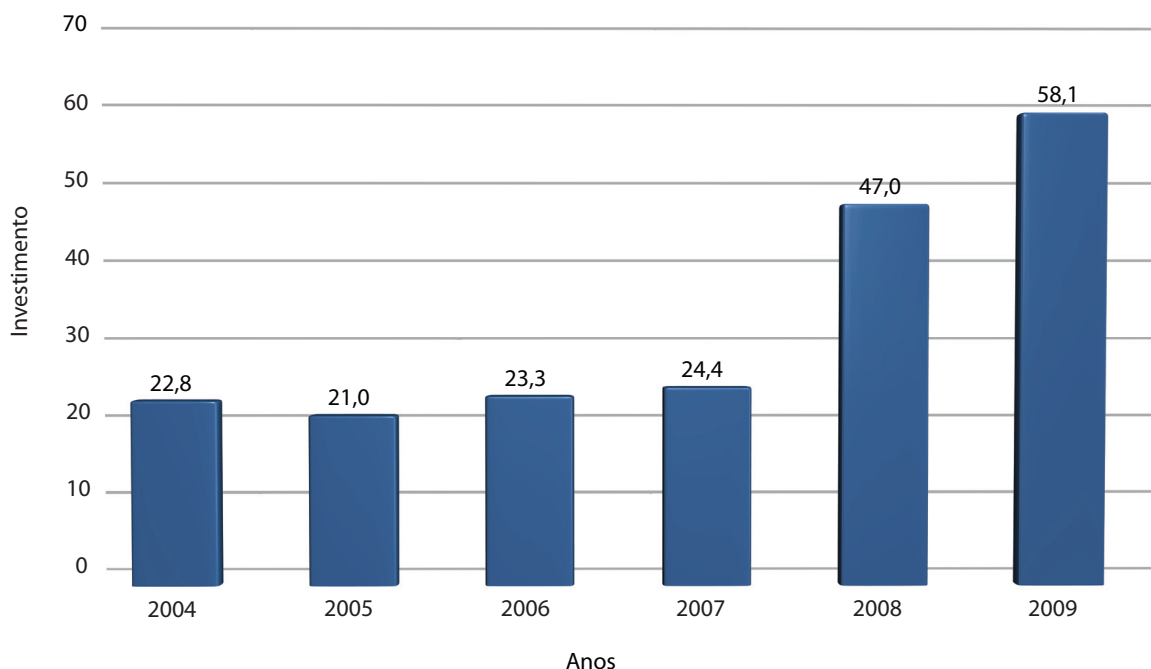
O Governo Federal tem compromisso com o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos e com ações que ajudem a consolidar um setor gerador de emprego e renda.

A expectativa para 2011 é de otimismo, com o desenvolvimento de trabalhos voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol Fifa, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, no Estado do Rio de Janeiro, em 2016, que constituem oportunidades promocionais para o Turismo nacional e para a imagem do Brasil no exterior como destino turístico.

Turismo Interno

Nos últimos anos, a consolidação do modelo de Gestão Descentralizada e Compartilhada, a estruturação da oferta turística a partir do modelo proposto pelo Programa de Regionalização, a realização de cinco edições do Salão do Turismo, a consolidação dos programas de investimento em infraestrutura turística, a revisão da legislação do setor, com a promulgação da Lei do Turismo, a qualificação profissional e o desenvolvimento do novo sistema de cadastramento de prestadores de serviços turísticos são exemplos de intervenções bem-sucedidas. Podemos também agregar, entre outros, o aumento do crédito para o setor, a ampliação das campanhas de incentivo às viagens domésticas e o redirecionamento das estratégias de promoção internacional, com destaque para a diversidade natural e cultural do País.

Gráfico 9 – Investimento em Promoção Interna do Turismo (R\$ Milhões)



No que tange ao fomento ao Turismo interno, os recursos aumentaram 155,94% nos últimos cinco anos, atingindo a cifra de R\$ 58,1 milhões, em 2009. Além disso, estima-se que os desembarques domésticos saltem dos 56 milhões, registrados em 2009, para 73 milhões, em 2014, projetando a geração de dois milhões de ocupações no setor de 2010 a 2014. A entrada de divisas internacionais deverá crescer 68%, no mesmo período, saltando de US\$ 5,3 bilhões, em 2009, para US\$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa do Mundo no Brasil.

Para 2011, o Governo Federal prevê cerca de R\$ 303,8 milhões a serem aplicados no desenvolvimento e apoio de ações nas áreas de infraestrutura turística, qualificação profissional, acessibilidade, mobilidade urbana, sinalização turística e restauração do patrimônio histórico, visando dotar de maior qualidade os destinos turísticos e melhorar a competitividade dos serviços brasileiros no setor.

Turismo no Contexto Internacional

Em 2014, o Brasil espera atrair 600 mil turistas para o período da Copa do Mundo, movimentando um total estimado adicional de R\$ 4 bilhões na economia nacional. E para isso, as ações para o atingimento dessa meta precisam ser intensificadas em 2011.

Com tal objetivo, o Governo, para 2011, investirá cerca de R\$ 189,0 milhões em ações para divulgação internacional do País, visando apresentar ao mundo, por meio da promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior, aquilo que o Brasil tem de melhor a oferecer ao turista, como sua diversidade, sua beleza e, principalmente, a alegria e o estilo de vida do seu povo.

Considerando que o Turismo será beneficiado por grande parte do legado a ser deixado pela realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o que proporcionará um salto no setor, com ganhos que podem perdurar por muitos anos após suas realizações, o MTur definiu quatro eixos de atuação com vistas à preparação do País para 2014 e 2016:

- a) Desenvolvimento da infraestrutura turística, apoiado principalmente pelo Prodetur Nacional, que tem propostas de melhorias na infraestrutura voltada para o Turismo, apresentadas pelos Estados e por Municípios com mais de 1 milhão de habitantes, da ordem de US\$ 2,9 bilhões;
- a) Qualificação e capacitação profissional, com o Programa Bem Receber Copa, que já foi lançado, em parceria com o setor privado, e deverá investir, para o desenvolvimento de cursos de capacitação profissional, com recursos orçamentários do MTur, R\$ 440,0 milhões, até 2014;
- a) Promoção nacional e internacional, em que a meta é consolidar a imagem do Brasil como destino turístico de primeiro nível para o público internacional e também para os brasileiros; e
- a) Fomento à renovação e ampliação do parque hoteleiro, por meio de linhas de financiamento. Lançado o ProCopa Turismo, pelo BNDES, com prazos e juros beneficiados para projetos de reforma, ampliação e implantação de hotéis, de acordo com critérios de sustentabilidade ambiental. Além disso, o BNDES, BB, Basa e BNB oferecem juntos, utilizando recursos dos fundos constitucionais, mais R\$ 800 milhões para essa finalidade, com condições diferenciadas.

PESCA E AQUICULTURA

Embora as atividades de pesca extrativista e aquicultura ainda representem montantes tímidos em relação ao PIB do Brasil, esses setores são dotados de capital humano e social de grande valor. Cerca de quatro milhões de pessoas estão ligadas a essas atividades no País, cuja importância é singular para a garantia de segurança alimentar de suas comunidades – muitas das quais ainda guardam valores e culturas tradicionais em seus modos de vida e de trabalho.

O Governo Federal, por meio do MPA, adotou a abordagem territorial na implementação de suas políticas, com vistas a reduzir as desigualdades regionais por meio da inserção competitiva do segmento nas dinâmicas territoriais. Inicialmente, foram identificados 174 territórios de pesca e aquicultura, espalhados por todos os Estados e o Distrito Federal, os quais alcançam 1.886 Municípios e mais de 500 mil pescadores, mediante ações articuladas nas áreas de infraestrutura e fomento, pesquisa e inovação tecnológica, inclusão e desenvolvimento social, monitoramento e controle.

As ações nas áreas de infraestrutura relacionam-se à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização de pescado, tais como os terminais pesqueiros públicos, centros integrados da pesca artesanal, fábricas de gelo e unidades de beneficiamento de pescado.

No que diz respeito ao fomento, o Governo Federal tem atuado no incentivo ao consumo do pescado. O cultivo de peixes em tanques-rede em diversas regiões do Brasil vem sendo realizado na forma de unidades demonstrativas. Cumpre citar também os esforços no sentido de materializar o potencial de crescimento da aquicultura, por meio do fomento aos projetos de maricultura para os sistemas de cultivo de ostras e do desenvolvimento econômico da piscicultura. Nesse contexto, a aquicultura familiar se coloca como alternativa e oportunidade de emancipação e de promoção da autonomia de milhares de trabalhadores, gerando emprego, aumentando a renda e promovendo a qualidade de vida. Para desenvolvimento dos programas de estruturação da cadeia produtiva da aquicultura familiar, estão sendo desenvolvidos projetos para implantação de tanques-rede, construção de unidades de processamento e filetagem do pescado, aquisição de equipamentos para a construção de tanques de piscicultura e adequação de entrepostos.

Quanto às ações de pesquisa e inovação tecnológica, o MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros, nas áreas de pesca e de piscicultura marinha, bem como no desenvolvimento de pesquisas estratégicas. No segmento da pesca oceânica, por exemplo, o Governo tem envidado esforços no desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para garantir o acesso à pesca de espécies altamente migratórias do Atlântico Sul.

Entre as ações de inclusão e desenvolvimento social, citam-se os projetos de capacitação de pescadores; as ações de inclusão digital; a distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional; as ações de alfabetização por meio do projeto Pescando Letras, o qual alfabetizou mais de 120 mil pescadores e pescadoras no País; a regulamentação do uso de águas públicas para a criação de peixes e outros organismos aquáticos, ao possibilitar a milhares de moradores de comunidades tradicionais o acesso, de forma gratuita, a uma porção de água para produção por um período de 20 anos; e a regularização de parques aquícolas continentais e marinhos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas de forma onerosa. Por meio dessas ações e dos esforços de estruturação da cadeia produtiva e de organização do setor, o Governo busca promover o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem da pesca profissional artesanal.

No âmbito do monitoramento e do controle, merecem destaque o recadastramento da frota pesqueira nacional, a atualização do Registro Geral da Aquicultura e Pesca, a realização do Censo

Aquícola e Pesqueiro, o monitoramento da atividade pesqueira no litoral, o rastreamento das embarcações pesqueiras no mar e a regulamentação do uso das águas públicas para criação de peixes e outros organismos aquáticos. Essas medidas possibilitarão a consolidação da estatística pesqueira nacional e contribuirão para o estabelecimento de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável do setor.

O MPA contará com recursos da ordem de R\$ 350,0 milhões, destinados à sua atuação como órgão central responsável pela formulação e implementação de políticas e pelo desenvolvimento de iniciativas voltadas ao setor pesqueiro em 2011.

